



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E QUÁTRÓ DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, conforme Edital de Convocação publicado aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Diário Oficial do Município de número 25, Ano IX, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de dois mil e vinte. A Audiência Pública online foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. A senhora Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, procedeu a apresentação quanto a Gestão Fiscal do Poder Legislativo. O senhor Vitor Acir Puppi Stanislawczuk, Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, procedeu a apresentação a respeito dos relatórios do Poder Executivo. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Conforme requerimento n.º 054.00002.2021, aprovado na Sessão on-line do dia 3 de fevereiro de 2021, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinado à realização da Audiência Pública para apresentação do Relatório de Gestão das Finanças, referente ao terceiro quadrimestre de 2021. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização a assumir os trabalhos, iniciando a Audiência Pública sob a presidência do Vereador Sergio R. B. Balaguer - Serginho do Posto. (I) (Assume a Presidência o Vereador Serginho do Posto). O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2020, de acordo com o que determina o Parágrafo 4º, do Artigo 9º, da Lei Complementar Federal 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Artigo 62-A da Lei Orgânica do Município. Estamos iniciando essa audiência exatamente às 9h39min, e ela terá a duração de duas horas. Se necessário, haverá prorrogação. Agradecemos a participação de todas as autoridades, representantes de

associações, entidades, servidores da Câmara Municipal que têm auxiliado as sessões on-line e o dia-a-dia desta Câmara, cidadãos e Vereadores. Esta Comissão é composta pelos seguintes membros: este Vereador que vos fala, Presidente; Vereadora Indiara Barbosa, Vice-Presidente; Vereadora Flávia Francischini; Vereador Hernani; Vereador João da 5 Irmãos; Vereador Jornalista Márcio Barros; Vereadora Professora Josete; Vereador Osias Moraes; Vereador Tito Zeglin. Vou pedir para que a Vereadora Indiara Barbosa seja a secretária desta Sessão. No momento oportuno, as perguntas dos participantes e dos Vereadores serão conduzidas para a Vereadora no decorrer da audiência. Teremos o seguinte roteiro neste trabalho: no primeiro momento a explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira quanto à gestão fiscal deste Poder Legislativo; a concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões ou questionamentos; na sequência, passaremos a palavra ao Sr. Vitor Puppi, Secretário Municipal de Finanças, que explanará os relatórios do Poder Executivo. Com a concessão da palavra aos participantes e para os comentários e, também, suas sugestões, questionamentos, vamos seguir da seguinte forma: num primeiro momento, a concessão se dará aos Vereadores que compõem a Comissão de Finanças; na sequência, aos demais Vereadores, e depois aos participantes que entraram em contato por meio de chat e YouTube, e, também, por e-mail à Comissão de Economia. Eu também deixo aqui uma proposta, que as perguntas que não forem respondidas durante a Sessão sejam enviadas para a Câmara Municipal, e essas perguntas e questionamentos respondidos serão devolvidas aos participantes e a qualquer cidadão, se assim desejarem. Nesse momento, passo a palavra à Sra. Aline Bogo, que fará a apresentação dos seus relatórios consolidados e, após isso, abriremos para as perguntas. A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Vereador Serginho do Posto, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, e estender o cumprimento aos demais Vereadores que compõem essa Comissão, aos Vereadores deste Parlamento, cumprimento a todos aqueles que nos assistem de forma remota, os servidores e cidadãos do Município de Curitiba, também a equipe da Prefeitura Municipal de Curitiba. Essa audiência pública tem como objetivo demonstrar as metas e os índices atingidos durante o terceiro quadrimestre já consolidando com os demais quadrimestres do exercício de 2020, então, sendo uma consolidação de todo o exercício, de janeiro a dezembro. Vou pedir para os servidores do som colocarem a apresentação. Nessa audiência pública vamos demonstrar os índices e as metas atingidas pela Câmara Municipal de Curitiba, que é o Poder Legislativo, durante o exercício de 2020. Inicialmente, o nosso orçamento foi fixado, lá em dezembro de 2019, em cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quinze. Orçamento fixado pela Lei Municipal que foi aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba. Durante o exercício de 2020, a Prefeitura repassou à Câmara Municipal um total de cento e quarenta e dois milhões, trezentos e onze. O valor integral do orçamento não foi repassado, e devido ao problema pelo qual passamos no exercício, a pandemia, foi necessário fazer um contingenciamento da despesa, então, fizemos um ato de limitação de empenho contingenciando de doze milhões, trezentos e quatro. Então, esse ato separou esse valor para não ser utilizado contingenciando a despesa, e assim poder auxiliar a Prefeitura Municipal de Curitiba no problema, também, de redução de receita. Durante o exercício, recebemos cento e quarenta e dois milhões, trezentos e onze mil reais, e empenhamos, o total realizado empenhado foi de cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta centavos, representando então 80.47% do nosso orçamento. O valor devolvido ao final do exercício, da despesa não empenhada, foi de dezessete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta reais, que, somado aos doze milhões, trezentos e quatro mil reais que não foram recebidos, totalizou uma economia do orçamento de trinta milhões, duzentos e três mil, seiscentos e cinquenta reais. Uma



economia de 19.50%. Além da devolução referente ao orçamento, a devolução orçamentária, existiram ainda algumas transferências para o Executivo, que são transferências extra-orçamentárias, quais são elas: rendimento com as aplicações financeiras. Durante o exercício, a Câmara recebe o décimo, esse valor fica aplicado enquanto a gente não utiliza, e, todo o mês, o rendimento dessas aplicações é transferido como uma receita do Município. Então, durante o ano, transferimos trezentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Nós temos um contrato, a parte de recebimento desse contrato se encerrou em dezembro de 2020, um contrato que foi celebrado em 2017 com a Caixa Econômica Federal, onde ela faz a cessão da nossa folha de pagamento, o processamento do pagamento dos servidores e Vereadores desta Casa. Esse contrato ficou num total de um milhão, cento e cinquenta mil reais, e todo o mês a Caixa Econômica repassava um valor mensal que era devolvido ao Município de Curitiba. Durante o ano de 2020 nós repassamos trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um reais, que é referente a esse contrato. A Caixa Econômica já repassou o valor integral acordado no contrato. Foi também devolvido o valor referente ao cancelamento de Restos a Pagar, restos que não foram processados, geralmente esses restos são despesas, estimativas, elas não são executadas em sua totalidade, então, eles foram cancelados e o valor já foi repassado durante todo o exercício, conforme os cancelamentos, para a Prefeitura Municipal de Curitiba, num total de oitocentos e vinte e dois mil, cento e quinze reais. O total extra-orçamentário repassado foi de um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos. O total orçamentário repassado ao Município, como eu já falei, dezessete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta reais. Totalizando uma devolução ao Município de dezenove milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e seis reais durante o exercício de 2020. Das nossas despesas, temos três grupos principais. A nossa maior despesa são as despesas com pessoal. Aqui eu trago, então, o valor total empenhado e, também, o orçado nesse grupo de despesa, que é o pessoal e encargos sociais. Total orçado, cento e quatorze milhões, trezentos e quarenta e cinco mil reais. Este valor é atualizado de acordo com os atos de suplementação e anulação que foram realizados durante o ano. E o total empenhado de noventa e oito milhões, setecentos e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais nesse grupo de despesa. Veja que temos um total empenhado de cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e onze mil reais, e um total empenhado de pessoal e encargos sociais, noventa e oito milhões, setecentos e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais, isso representa 79.34% do total empenhado. Deste valor, temos, com vencimentos e vantagens fixas, um total empenhado de setenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e três mil reais. Com Obrigações Patronais, dezessete milhões, quatrocentos e setenta mil reais. Total pago em indenizações, um milhão, quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte e sete reais. E outras despesas menores com pessoal, dois mil, trezentos e quarenta e seis reais. Ainda o grupo de pessoal e de encargos sociais, nós trouxemos aqui o total de noventa e oito milhões, setecentos e seis mil reais divididos de acordo com esses elementos de despesa, que são: vencimentos e vantagens fixas efetivos, trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e quinze reais; valores pagos com subsídios, sete milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e dez reais; vencimentos com servidores comissionados, (A) trinta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais. Obrigações Patronais, de todos os grupos, dezessete milhões, quatrocentos e setenta mil reais. Indenizações, um milhão, quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte e sete reais. Outras Despesas com Pessoal, dois mil trezentos e quarenta e seis reais. Neste gráfico podemos visualizar melhor como se distribui a despesa de pessoal entre efetivos, comissionados e subsídios. O azul representa os vencimentos de efetivos, 44,34%; o verde representa os servidores comissionados, 46,49%; e o valor menor



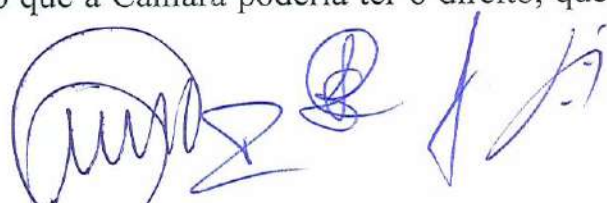
em amarelo são os valores com subsídios representando 9,17% do valor gasto com despesa de pessoal. O segundo grupo que eu trago aqui é o grupo de Outras Despesas Correntes, que tinha um valor orçado durante o exercício de vinte e seis milhões, quinhentos e setenta mil reais, em que foi realizado então dezenove milhões, trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais, isto representa 15,53% do valor empenhado total que é de cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e quarenta e nove reais. Este grupo está assim distribuído: temos benefícios assistenciais, aqui se inclui auxílio-creche, auxílio-saúde e auxílio-funeral, um total empenhado de dois milhões cento e trinta mil reais. Valores gastos com material de consumo, quinhentos e setenta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais. Valor realizado, empenhado, com Locação de Mão de Obra, contratação de serviços terceirizados, três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e um reais. Serviços de Tecnologia da Informação, aqui se inclui locação e manutenção de software, serviços de processamento de dados, assim como, locação de equipamentos, tudo que se refere a tecnologia da informação e da comunicação está inserido nesse elemento de despesa, que teve um total empenhado de dois milhões quatrocentos e sessenta e um mil seiscentos e vinte e sete reais. E todos os demais serviços com pessoas jurídicas contratadas pela Câmara, um total empenhado de quatro milhões, quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais. Temos ainda o aporte feito ao IPMC do equacionamento da dívida, que representa, então, um valor empenhado de seis milhões, noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais, representando 4,9% do total empenhado no exercício e um valor menor com Outras Despesas Correntes de vinte e um mil setecentos e setenta e oito reais e doze centavos. Temos ainda um outro grupo que seriam os investimentos, nós chamamos de Despesa de Capital. Tínhamos um total orçado atualizado de treze milhões e setecentos mil reais para essa despesa, foram previstos vários investimentos. Foram empenhados então de Equipamento e Material Permanente quatrocentos e noventa e sete mil, cento e nove reais e foram empenhados em Obras e Instalações cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e quatorze reais. Total de investimentos empenhados de seis milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e vinte e três reais, representando então 5,13% do valor total empenhado no exercício de 2020. Eu trouxe aqui as três principais despesas que tivemos, os três principais empenhos no elemento Obras e Instalações que foram pinturas realizadas no anexo III de noventa mil novecentos e noventa e nove reais; a licitação também com a empresa CRP Tecnologia para instalação elétrica e de telecomunicações, a revisão de toda a instalação elétrica da Câmara Municipal de Curitiba, num total de quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta reais; e ainda uma obra que está sendo realizada no prédio do pátio de troca de cobertura e reformas de novecentos e dezoito mil e cinquenta e um reais. Estes valores empenhados no exercício de 2020. Tiveram alguns outros valores menores, mas se referem a projeto e fiscalização nas obras. Um gasto que sempre é de bastante interesse é o gasto com as viagens diárias, mas em 2020 em função da pandemia as viagens ocorreram somente no mês de fevereiro. Temos um total gasto com diárias de trezentos e cinquenta reais; com passagens, quatro mil e quarenta e oito reais; e com hospedagens em hotel, seiscentos e setenta e seis reais, totalizando cinco mil e setenta e cinco reais, gasto com vereadores e assessores. Uma posição dos restos a pagar que ficaram no final de 2019, foram inscritos em 2020, foram inscritos um total de restos a pagar de quatro milhões, oitocentos e dezessete mil reais, destes sendo quatro milhões, seiscentos e sessenta mil reais que vieram de 2019 e cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais que são de exercícios anteriores ainda. Do total inscrito de restos a pagar a Câmara pagou três milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e vinte e quatro reais, conforme eles foram sendo processados. Nós cancelamos oitocentos e vinte e dois mil, cento e quinze reais, valor este devolvido



ao Município. E temos ainda a pagar quinhentos e oitenta e sete mil e quarenta e dois, a maior parte desse valor se refere ao contrato com a Universidade Federal do Paraná referente ao concurso que foi realizado, contrato que ainda está vigente. Até agora falei da despesa empenhada e eu trouxe neste slide, neste quadro, um pouco da nossa despesa liquidada, que é aquele serviço que realmente foi realizado durante o ano, não foi só empenhado, assim como ele foi liquidado também. Referente a locação de mão de obra que são os serviços terceirizados, a gente teve com apoio administrativo quatrocentos e noventa e um mil, cento e setenta e oito. Aqui estão incluídos, por exemplo, as recepcionistas, controladores de acesso e secretárias. Um valor liquidado com copa e cozinha de duzentos e quarenta mil cento e quarenta e nove reais e sessenta centavos; serviços de limpeza, oitocentos e nove mil, cento e oitenta e um e sessenta e um centavos, esses três primeiros se referem a um contrato com a empresa Obra Prima. E o último que é um serviço de vigilância contratado pela empresa Embrasil um total de um milhão, setecentos e oitenta e um mil cento e sessenta e sete reais. Trouxe também alguns valores, os principais contratos que temos com terceiros: combustível, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais, foi o valor liquidado no exercício; a comunicação Voip, a locação dos equipamentos e toda a manutenção no sistema de telefone, duzentos e treze mil, quinhentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos; o valor pago até agora à Universidade Federal do Paraná, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos; valor gasto com energia elétrica, trezentos e dezesseis mil e oitenta e dois reais; com estagiários através da empresa CIEE, um milhão trezentos e dois mil e sessenta reais; dois links de internet com a empresa Oi e com a empresa Algar, no valor de duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito e oitenta e cinco centavos; locação de computadores, setecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais, valor liquidado no exercício; locação de veículos, oitocentos e trinta mil e vinte e três reais; manutenção de bem imóveis, oitocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais; manutenção de bens móveis que são diversos contratos de manutenção de ar condicionado, algumas máquinas, bombas hidráulicas, trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e nove reais; manutenção de software quatrocentos e cinquenta e seis mil e sessenta e cinco reais; e um serviço com o correio de postagens de duzentos e treze mil e oitenta e quatro reais. Em relação as nossas metas do que exige a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda Constitucional n.º 25, de 2000, nós vamos demonstrar como estão os nossos índices em relação ao que é permitido por essas leis. Em relação a Emenda Constitucional esta estabelece que podemos gastar um percentual de 70% da nossa receita com folha de pagamento. Entende o tribunal de Contas do Paraná que essa receita da qual fala a lei seria o valor máximo permitido pelo nosso orçamento, apesar do nosso orçamento estar fixado em cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil reais o total permitido que poderia chegar o orçamento da Câmara é de duzentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais para o exercício de 2020. Então o limite de 70% desse total seria de cento e cinquenta milhões oitocentos e setenta e oito mil e oitocentos reais. Nós gastamos nos três quadrimestres um total de oitenta e um mil, duzentos e trinta e seis oitocentos e setenta e cinco reais. Aqui é o valor da despesa de pessoal, excluindo-se as obrigações patronais, é só o da folha de pagamento, atingindo então um percentual de 37,69%. Se nós considerarmos ainda, se fosse em relação ao nosso orçamento, teríamos atingido um percentual de 52,54%. Então, estamos com uma folga bastante grande no que se refere a esse limite de 70% de gasto com pessoal. Falando um pouco agora do limite que estabelece na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 101, de 2000, o Município pode gastar até 60% da Receita Corrente Líquida com pessoal, sendo que o Legislativo pode gastar até 6% dessa Receita Corrente Líquida. A apuração da receita é baseada nos últimos doze meses, se refere de janeiro a



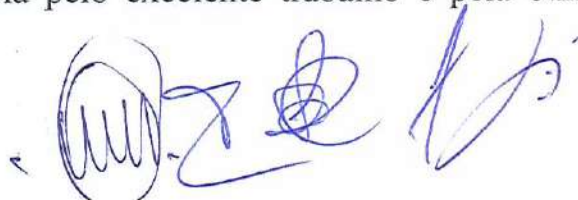
dezembro de 2020. Nós temos uma despesa bruta com pessoal, como já demonstrei no início da apresentação, de noventa e oito milhões, setecentos e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e temos então, uma despesa líquida de noventa e sete milhões, cento e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, esta receita líquida, então, é receita bruta, todo valor empenhado, excluindo então as indenizações que totalizaram um milhão, quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte e sete reais. E a Receita Corrente Líquida apurada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, é uma Receita Corrente Líquida de sete bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, cento e sessenta e seis reais, com algumas deduções que são: dedução da Receita de Serviço do Sistema de Transporte Coletivo, de quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil reais; e Transferências Obrigatórias da União relativas as emendas individuais, de trinta milhões setecentos e cinquenta e seis mil reais. Formando então a Receita Corrente Líquida ajustada que é o que a Prefeitura considera para calcular os seus índices, num total de sete bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil reais. Considerando então que a nossa Despesa Líquida com Pessoal foi de noventa e sete milhões, cento e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais, atingimos um percentual de 1,35%, quando o percentual máximo seria de 6% e o percentual limite de alerta seria de 5,4%. Ainda em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela estabelece que no último quadrimestre devemos publicar um relatório referente aos Restos a Pagar e disponibilidade de caixa. Se vocês observarem ali na linha do total, temos disponibilidade de caixa bruta ao final do exercício de 2020 um total de nove milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais, este e o valor do Poder Legislativo, da Câmara Municipal de Curitiba. Deste valor, trezentos e doze mil e setenta e nove reais são recursos não vinculados e o restante são recursos vinculados ao Tesouro. De Obrigações Financeiras, temos o valor de Restos a Pagar vindo de outros exercícios, anteriores a 2020 e também os Restos a Pagar de 2020, os que são processados, no total de um milhão, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e ainda o Total de Recursos Vinculados de Obrigações Financeiras de trezentos e doze mil e setenta e nove reais. Observe que o valor Total de Recursos Não Vinculados é exatamente o mesmo das Obrigações Financeiras dos Recursos Não Vinculados. Existe a preocupação de sempre manter em caixa toda a Obrigação Financeira que temos que arcar no exercício seguinte. A disponibilidade de caixa líquida, então, antes da inscrição de restos é de sete milhões, setecentos e trinta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais, exatamente o mesmo dos Restos a Pagar não liquidados do exercício de 2020 que também é de sete milhões, setecentos e trinta e um mil, oitocentos e setenta e nove reais. Então, a Câmara não precisou cancelar nenhum resto por insuficiência financeira, nossa insuficiência é de zero. Concluindo aqui, eu trouxe alguns gráficos. Neste primeiro slide, tentamos demonstrar como foi o crescimento desse nosso índice, no caso aqui houve uma redução do índice de despesa de pessoal em relação a LRF. Em 2016 estávamos com um índice acima de 1,50%, ele foi caindo chegou a 1,29 e agora estamos com um índice de 1,35% de Despesa com Pessoal. Veja que no gráfico em verde (P), temos o comportamento da receita corrente líquida. O único ano em que ela teve uma queda foi em 2017, depois ela sempre teve um crescimento. E no gráfico em vermelho, temos o comportamento da despesa com pessoal. Se vocês observarem, em 2016 e 2020 a despesa com pessoal é um pouco mais alta, nos outros exercícios ela se mantém praticamente igual. Esses dois exercícios em que a despesa cresce se referem ao último ano de legislatura, quando acontecem sempre as exonerações de servidores comissionados, por isso temos uma despesa de indenizações de férias, o que faz a despesa crescer nesse último ano de legislatura. Em 2020 também tivemos o ingresso de alguns novos servidores, que vieram do concurso realizado. No próximo slide temos aqui um gráfico que representa o total de orçamento que a Câmara poderia ter o direito, que



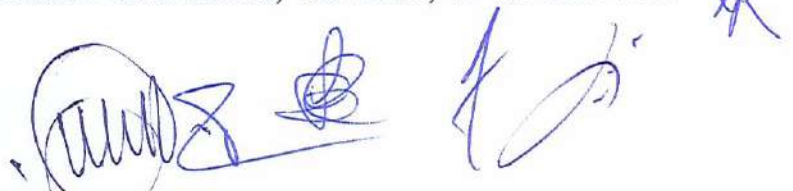
seria de duzentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais. O valor em azul representa então o que foi fixado em lei e desse valor total foi fixado 71,73%. Em vermelho temos o que não foi fixado, o que já se abriu mão na hora de fixar o orçamento da Câmara, que representa 28,27%. A Câmara pode ter um orçamento de até 4,5% de algumas receitas que seriam do exercício de 2019, o exercício anterior, como receita de impostos e algumas transferências constitucionais. Ao invés de ter um orçamento de 4,5% a Câmara teve um orçamento de 3,22% dessas receitas. No gráfico ali abaixo, um pouco maior, temos o todo, representando o mesmo valor de duzentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais. Depois temos em amarelo o que não foi fixado em lei e ainda em vermelho, o que foi contingenciado do nosso orçamento, que é o valor de doze milhões, trezentos e quatro mil reais. Então, ficou disponível para uso em 2020 cento e quarenta e dois milhões, trezentos e onze mil reais, que representam 66,02% do total permitido. E finalizando, no último slide temos aqui representado o valor realizado. Desse todo de duzentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais, o valor realizado de despesa foi de cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e onze mil e trezentos e quarenta e nove reais, que representam 57,72% do orçamento. É um orçamento fixado em cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil reais. Do valor total permitido não foram utilizados noventa e um milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais. Eram essas as informações que gostaria de trazer. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a Aline Bogo pela sua explanação. Temos alguns Vereadores inscritos pelo sistema on-line, porém não sabemos se a pergunta é dirigida à Sra. Aline ou se será dirigida ao Secretário Vitor Puppi. Então, vou citar o nome dos inscritos que são as Vereadoras Carol Dartora, Noemia Rocha, Professora Josete, os Vereadores Pier Petruzzello, Denian Couto e Vereadora Maria Leticia. Esses são os inscritos para perguntas pelo sistema, porém eu havia estabelecido que as perguntas seriam de imediato formuladas pelos integrantes da Comissão de Finanças, para que a Aline possa fazer responder aos questionamentos. Temos a Vereadora Professora Josete, que é membro da Comissão de Finanças, a quem concedemos a palavra por três minutos. A Sra. Professora Josete:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Só quero dizer que eu mantenho a minha inscrição também para depois, não sei como será a dinâmica. Primeiro quero agradecer a Aline, sempre muito prestativa e sempre muito objetiva. Obrigada mais uma vez. Para os novos Vereadores que não a conhecem, ela é uma servidora que sempre teve muita seriedade no trabalho e que sempre contribuiu muito conosco. Quero agradecer mais uma vez a Aline. É só uma dúvida que tenho em relação ao que você reportou, quando falou do IPMC, do aporte. Gostaria de entender exatamente como é que funciona isso. Sabemos da dívida da Prefeitura em relação ao IPMC e que foi feito um parcelamento, enfim, só queria entender. A Câmara faz um repasse diretamente ao IPMC, que é um órgão, lógico que os recursos vêm da Prefeitura também, mas a Câmara gerencia, administra esses recursos. Em relação a que dívida é esse aporte? Porque na verdade a Prefeitura tem "n" situações, que vão desde o não repasse daquilo que era obrigação mesmo, como também algumas situações em que a Prefeitura acabou deixando, quer dizer, entrando na justiça, enfim, e teve uma série de interpretações que diferenciaram, digamos, essa dívida. Então, gostaria de entender exatamente em relação a Câmara, esse aporte é diferente da contribuição legal que é feita mensalmente, que é composta tanto pelo repasse patronal da administração da Câmara, como do repasse que é descontado do salário dos servidores de carreira, certo? O aporte é composto do que? Exatamente que dívida é essa? Essa dúvida me surgiu agora, até então eu não tinha me dado conta disso.

O SR. PRESIDENTE:- Acho que a cada três perguntas, podemos devolver a palavra à Aline. Temos mais algum Vereador da Comissão inscrito? Não aparece ninguém

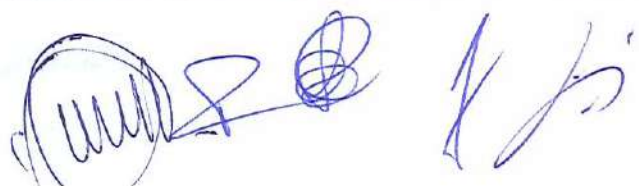
aqui para mim. Encerrando esse bloco, tenho só dois esclarecimentos, para que as pessoas que estão acompanhando tenham as informações. No relatório "indenizações" gostaria que você colocasse essas indenizações que foram pagas e também "outras despesas pessoa jurídica". Seria só para esclarecimento das pessoas que acompanham a Sessão. Também quero salientar o seu trabalho profícuo à frente dessa Diretoria. A responsabilidade juntamente com a sua equipe, que faz um excelente trabalho no Departamento de Finanças. Seriam essas perguntas e fecharemos esse bloco. A SRA. ALINE BOGO:- Primeiramente respondendo à pergunta da Vereadora Professora Josete, agradeço as suas palavras e quero dizer que sempre contamos muito com o apoio da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização. O meu trabalho só é possível com o auxílio da minha equipe, que é muito comprometida com o serviço público. Agradeço tanto as palavras da Vereadora Professora Josete quanto do Vereador Serginho do Posto. Em relação ao aporte, temos a questão que são as obrigações patronais, que demonstrei lá no relatório. Essas obrigações patronais são os repasses que o empregador contribui com o valor repassado ao IPMC, que hoje está em 28% para cada servidor. É aportado um valor lá de obrigação patronal, para ir formando a aposentadoria do servidor. Temos essa questão do aporte, que seria em relação ao equacionamento da dívida do Município com o IPMC. Acredito que foi na lei lá de 2017, que foi aprovada a forma de pagamento dessa dívida e lá foi instituído que todos os órgãos pagariam uma parte dessa dívida. Então todo ano é feito um cálculo, baseado nessa obrigação patronal, de quantos por cento cabe a cada órgão, então a Câmara paga também uma parte dessa dívida junto ao Município. A Sra. Professora Josete:- Só para que fique bem claro, então não existe nenhuma dívida da Câmara em si? A SRA. ALINE BOGO:- Não, a dívida não. A Sra. Professora Josete:- Digamos que a dívida da Prefeitura foi rateada entre todos os órgãos, é isso? A SRA. ALINE BOGO:- Isso. Em relação aos "outros serviços de terceiros pessoa jurídica", temos lá no grupo grande, que representa as despesas correntes... Temos a despesa de capital, que são os investimentos e a despesa corrente. Na despesa corrente temos a despesa com pessoal e todo o outro grupo são outras despesas correntes. Até dois ou três anos atrás, tudo que era serviço entrava nesse elemento de despesa "outros serviços de terceiros", inclusive a parte de tecnologia e de comunicação, que a STN e os Tribunais de Contas então optaram por separar. Então o que ficou nesse elemento "outras despesas de pessoa jurídica"? Todos os outros contratos que não se referem a serviço de tecnologia. Temos ali energia elétrica, água e esgoto, tudo o que é manutenção, como a manutenção predial, a manutenção de ar-condicionado, das instalações, locação de equipamentos que não são de informática também entram nessa despesa, enfim, qualquer contrato, como o contrato com os Correios, entra como "outro serviço de terceiros pessoa jurídica". Não sei se respondi, se há mais alguma dúvida. A gasolina entra como material de consumo. As indenizações são referentes ao fato de que quando o servidor se aposenta e não usufruiu da sua licença-prêmio, ele tem direito de levar esse valor em pecúnia. Essas "indenizações" que constam do relatório, referem-se a essas indenizações de licença-prêmio, dos servidores que solicitaram a aposentadoria. O SR. PRESIDENTE:- Consulto os Vereadores que estão inscritos pelo canal, se pretendem dirigir perguntas à Sra. Aline ou se podemos passar para os demais participantes, via chat, que enviaram as suas perguntas? Pergunto se a Vereadora Carol Dartora, a Vereadora Noemia Rocha e o Vereador Pier Petruzzello têm interesse em dirigir perguntas a Sra. Aline? (Pausa). Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha. A Sra. Noemia Rocha:- Sr. Presidente, na verdade a pergunta que ia fazer, a Vereadora Professora Josete já fez. Muito obrigada e parabéns à Aline pela explanação. O SR. PRESIDENTE:- O Vereador Pier Petruzzello e o Vereador Denian Couto abriram mão. Concedemos a palavra à Vereadora Maria Leticia. A Sra. Maria Leticia:- Não vou dirigir nenhuma pergunta à Aline, só quero cumprimentá-la pelo excelente trabalho e pela ótima



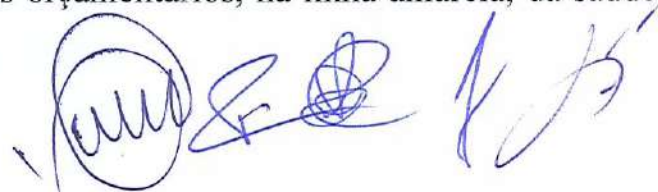
apresentação que sempre faz sobre a Câmara Municipal. O SR. PRESIDENTE:- O Vereador João da 5 Irmãos e o Vereador Jornalista Márcio Barros, que estão presentes no Plenário, também abrem mão. De imediato vou pedir para a Vereadora Indiara Barbosa fazer a leitura da pergunta enviada pelo cidadão. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Aproveito, também, para agradecer a apresentação da Aline, que está bem objetiva, e também parabenizá-la pelo trabalho. A pergunta é do Sr. Vanderlei Silvério Cavalcanti. Ele pergunta por que se gasta mais com funcionários comissionados do que com os efetivos na Câmara? Só temos essa pergunta relacionada à Câmara, as outras são em relação a Prefeitura. O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra à Sra. Aline Bogo. A SRA. ALINE BOGO:- Em relação a essa questão, tínhamos um valor bem equivalente entre servidores efetivos e servidores comissionados. O que aconteceu foram muitas aposentadorias nos diversos anos, sem que houvesse um novo ingresso de servidores. (C) Por isso houve uma defasagem de servidores efetivos e o valor dos servidores comissionados ultrapassou o gasto com servidores efetivos. Houve um concurso, ainda não foram chamados todos os servidores, mas a intenção é sempre ter uma equivalência entre servidores efetivos e servidores comissionados. O SR. PRESIDENTE:- Eram esses questionamentos. Dando continuidade à Audiência, quero agradecer a Sra. Aline Bogo e, em seu nome, todos os servidores desta Câmara pela apresentação. Caso haja algum questionamento, os canais de comunicação da Câmara podem ser acessados por qualquer cidadão. Agradeço a sua participação nesse primeiro bloco. Dando continuidade, peço aos Vereadores que já estão inscritos para questionamentos no segundo bloco com o Secretário Vitor Puppi, aqueles que desejam que também façam suas inscrições, pediria que fossem sucintos para que déssemos oportunidade aos canais de comunicação chat e Youtube por onde tem chegado questionamentos da população. Só pediria aos Vereadores essa brevidade nos questionamentos. De imediato concedemos a palavra ao Sr. Vitor Puppi para que apresente os balanços e relatórios de metas, dando continuidade a esse segundo bloco da nossa Audiência. Cumprimento o Secretário Vitor Puppi, a quem passo a palavra de imediato para que demos dinâmica a esta Audiência. Obrigado. O SR. VITOR PUPPI:- Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Vereador Tico Kuzma, quero cumprimentar o Vereador Serginho do Posto, Presidente dessa Comissão de Finanças, Presidente da Câmara durante a aprovação do Plano de Recuperação de Curitiba, em nome de quem também cumprimento todos os membros da Comissão de Finanças. Quero fazer uma especial saudação ao Líder do Governo, Vereador Pier Patruzziello, em nome de quem também cumprimento todas as Vereadoras e Vereadores presentes. Cumprimento a diretora Aline, parabenizá-la pela apresentação, os servidores desta Casa, os servidores da Prefeitura, a equipe da Secretaria Municipal de Finanças, em especial, a Ana Paula Costa e o Caio Zerbato, nosso novo superintendente técnico, que trabalharam até altas horas da noite para encerrar essa apresentação, e todos os cidadãos presentes que estão nos escutando. Pretendo fazer uma apresentação dividida em três partes de forma a tornar mais completa a visualização da situação fiscal do Município de Curitiba. A primeira parte diz respeito a gestão, não só a 2020, não só ao último quadrimestre de 2020, mas sim dados da gestão em um comparativo com a gestão anterior. Também os impactos de uma segunda parte da pandemia na arrecadação e nas despesas do município. Um momento completamente diferente dessa quadra histórica que vivemos. E terceiro, aí sim, a nossa apresentação com os dados consolidados do último quadrimestre do exercício de 2020. Deixa-me começar compartilhando a tela. (Compartilha a tela com slides). Começar com um comparativo sobre as contas da cidade. Essa nossa primeira tela mostra uma média de como os pagamentos na cidade de Curitiba aconteciam no período de 2013 a 2016 e depois de 2017 a 2020. Aqui estou dizendo pagamentos dos fornecedores em especial da Prefeitura de Curitiba. Tínhamos uma média, em 2015, de setenta dias



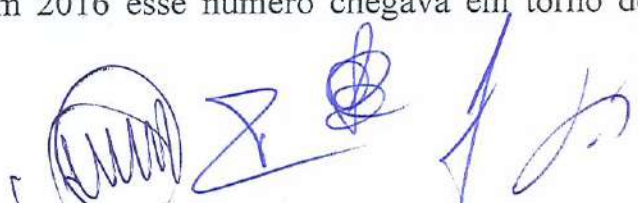
para que um pagamento fosse realizado. Em alguns casos esse pagamento acontecia com mais de cem dias, como é, por exemplo, faço questão sempre de frisar, o pagamento do contrato do lixo de Curitiba com a empresa Cavo. Em janeiro de 2017 a última parcela paga desse contrato da prestadora de serviços Cavo era de junho de 2016. Tínhamos um atraso praticamente de seis prestações em um contrato que gira em torno de cento e oitenta, duzentos milhões de reais por ano. Isso significa que a empresa Cavo cobra do município, em razão desses atrasos sistemáticos de pagamento entre 2013 e 2016, o valor de trinta e oito milhões de reais de juros de mora e correção monetária. A partir de 2017, depois da aprovação do Plano de Recuperação, passamos a efetuar todos os pagamentos da Cidade de Curitiba em dia. Não temos nenhuma fatura efetivamente atrasada no Município de Curitiba. Temos um prazo de trinta dias, atesto, mas temos liquidado e pago assim que a conta chega na nossa tesouraria, no nosso controle financeiro. A questão da dívida previdenciária, e aproveito um pouco para falar, para esclarecer a pergunta também da Vereadora Professora Josete, do ponto de vista do município temos que lembrar que entre 2012 e 2016 não foram repassados, a título de aporte ao IPMC, ao Instituto de Previdência, quinhentos e dois milhões de reais. E preciso esclarecer o seguinte, o IPMC se financia, grosso modo, de três formas: uma é a contribuição dos servidores, a alíquota hoje é de 14%, havíamos aprovado em 2017 um escalonamento de 0,5% ao ano, mas por exigência da Secretaria da Previdência em 2020 esse número passou imediatamente a 14%; a outra fonte de financiamento é a contribuição patronal do município, que hoje é de 28% do valor dos vencimentos; e os aportes ao Instituto, os aportes são calculados conforme um parecer atuarial, e são esses valores que não foram pagos. Além em 2016 da fatura patronal, ou seja, o município em 2016, em dezembro, sequer pagou noventa milhões, em torno disso, da patronal do servidor, ou seja, despesa de pessoal efetivamente não foi pago, e acumulou essa dívida de quinhentos e dois milhões de reais. Entre 2017 a 2020 acumulamos zero. Quero esclarecer, também, que a Câmara, em razão da pandemia no ano passado, autorizou o Município, mediante lei aprovada, a não efetuar o pagamento da cota patronal. Toda essa obrigação foi paga pelo o município, embora existisse atualização, após recalibrarmos, vamos dizer assim, as receitas do Município. Então, não temos nenhuma contração de dívida com o Instituto de Previdência entre 2017 e 2020. Em 2016 o valor pago daquela dívida de quinhentos e dois milhões foi de onze milhões, porque uma parte dessa dívida havia sido parcelada em 2016. Entre 2017 e 2020, daquela dívida de quinhentos e dois milhões, pagamos cento e trinta e três milhões de reais, além de todas as nossas obrigações correntes, e existe um saldo a pagar, que o contribuinte curitibano levará quinze anos para efetuar a adimplência, de trezentos e cinquenta e oito milhões de reais. É uma dívida muito cara, IPCA mais 6%, imaginem hoje o quanto rende a poupança, fazamos as contas e vejamos que é a dívida mais cara do município os aportes não realizados para a Previdência naquele momento. Com relação ao saldo que tínhamos, isso só a parte financeira nas fontes livres do Tesouro, em 31 de dezembro de 2016 tínhamos um saldo de menos cento e dezoito milhões de reais, o que era muito mais agravado em razão dos compromissos que o município tinha e que não haviam sido sequer empenhados naquela oportunidade. E nós temos agora, em 31 de dezembro de 2020, em que pese a pandemia, um saldo de 1.2 bilhão de reais em superávit financeiro. Esse é o recurso que temos colocado na saúde, parte no fundo emergencial, e feito a gestão do município neste momento de crise. Vamos ver os dados um pouquinho para frente. Isso tudo resultado, obviamente, do Plano de Recuperação de Curitiba votado nessa Câmara, na presidência do Vereador Serginho do Posto, sob a liderança do Vereador Pier Petruzzello e todos os outros Vereadores que aprovaram a recuperação da cidade. E eis aí o resultado não só de um ano, mas sim de quatro anos de trabalho que mostra a consolidação efetiva de uma situação fiscal diferente do município. Esses dados são do Tribunal de Contas do Estado do



Paraná. Eles estão disponíveis em cada prestação de contas, com exceção de 2020, um dado estimado aqui por nós, mas todos os outros são dados do Tribunal de Contas. E mostram a evolução do resultado financeiro acumulado de 2012 a 2020. Percebam que o município vinha numa trajetória sempre negativa do ponto de vista de fluxo financeiro, ou seja, o município tinha obrigações maiores do que o caixa. E a partir daí revertermos isso com o Plano de Recuperação e conseguimos sucessivos resultados positivos garantindo uma situação fiscal consolidada do Município de Curitiba a partir de 2017. Está aí a nossa evolução com o Plano de Recuperação, justamente esse novo patamar do ponto de vista das finanças públicas, aqueles dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Gostaria de lembrar, em especial também para os novos Vereadores, que assumimos e declaramos que existia uma dívida não empenhada, uma despesa não empenhada, de seiscentos e quatorze milhões de reais, é um número que aparece na segunda coluna lá embaixo, de seiscentos e quatorze milhões, seis mil, quatrocentos e setenta reais. E cada um desses itens, conforme as linhas, demonstram o somatório dessa despesa não empenhada, a maior parte recursos da Previdência. Vejamos ali que só a parte do IPMC não empenhada constitui parte daquela dívida, cento e quarenta e cinco milhões, mais uma cota patronal, valores esses parcelados. Tínhamos dívidas com fornecedores, com fundações, a FEAES, com o ICI também, o Instituto de Informática, e com a aprovação do plano quitamos de pronto naquela oportunidade todos os fornecedores abaixo de trezentos mil reais. Acima de trezentos mil reais parcelamos em sessenta parcelas, ou seja, temos um saldo em torno de quinze milhões com fornecedores que temos pagado mensalmente, da gestão passada, vale lembrar, sempre frisar, que não temos nenhuma conta atrasada dessa última gestão. E fizemos leilões de dívida em que aqueles credores que oferecessem a maior taxa de desconto receberiam à vista os valores. Então, temos um saldo ainda de cento e oitenta e cinco milhões, a maior parte é a parte previdenciária, a segunda maior parte é uma dívida que o município contraiu com a FEAS, na época a FEAES, a Fundação de Saúde, pelo não pagamento de três parcelas no exercício de 2016. A FEAS hoje é o maior contrato que a Prefeitura Municipal de Curitiba tem. Com a pandemia, obviamente os custos subiram, vou mostrar isso mais adiante. Ali os resultados dos leilões. Fizemos doze leilões de dívida. Tivemos um desconto médio em deságio de 17,34%, uma economia para os cofres públicos de vinte milhões de reais, ou seja, quitamos cento e dezoito milhões de reais com noventa e seis e esses credores receberam à vista conforme os leilões foram ocorrendo nesses últimos quatro anos. Esse gráfico eu sempre apresento. Acho que é um gráfico que resume toda a apresentação, se for compreendido, e ele mostra o seguinte, a pedalada, para usar uma expressão mais fácil de compreender, que o município dava ao longo dos anos. Esses são recursos que o município pagava com o orçamento vigente referente a despesas do exercício anterior. Aquela linha azul mais escura significa que em valores declarados o município em 2016 chegou a cento e noventa e cinco, vírgula, oitenta e oito milhões. Ou seja, o município consumia o orçamento de 2017 para pagar coisas já realizadas e que deveriam ter sido pagas ou empenhadas em 2016. Se não existisse o Plano de Recuperação, esse valor chegaria a quatrocentos e noventa e três milhões de reais. (M) É, a partir daí uma trajetória muito mais estável, conseguimos diminuir em 2017 e em 2018. É claro que, num orçamento de nove bilhões, é natural que alguma coisa efetivamente passe. Mas são valores muito pequenos, né? Dois milhões é quase irrisório do ponto de vista do que acontecia antes. Na linha mais clara, é a novação. Ou seja, é o estoque daquela dívida que eu apresentei na tela anterior, que tem se mostrado aí regredindo a cada ano. Devemos encerrar em 2022, porque os parcelamentos acabam; com exceção, desculpem, da FEAS, que acabou parcelando essa dívida somente em 2018, salvo engano, 2019. Bom. Aí já gostaria de mostrar duas funções de despesa, que têm relação com o gráfico também anterior. Aí os recursos orçamentários, na linha amarela, da saúde.



Então, em verde, os recursos que eram empenhados ao longo do exercício. É claro que o ideal sempre, e é isso que é sempre buscado no Município, é que as linhas sejam idênticas, que tenha uma sobreposição entre as linhas. Mas, se V.Exas. perceberem, em 2016, o Município tinha um orçamento inicial de vinte milhões de reais para um contrato que girava em torno de dezessete milhões de reais por mês, o que significa justamente que o Município não tinha orçamento para bancar esse contrato da FEAS e acabava retirando de outras áreas, fazendo outras ginásticas, mas, em especial, não pagando, que é o que aconteceu com a dívida, dos três meses, que eu mencionei, da Fundação. A partir de 2017, é claro, não conseguimos, de um ano para o outro, equalizar o previsto no orçamento com as despesas da saúde, mas estamos cada vez chegando mais perto. Em 2020, o orçamento inicial era de duzentos e sessenta quatro, tivemos de aportar, em razão da pandemia, para trezentos e quarenta e três milhões de reais; e esse valor nós estimamos que, em 2021, chegue a trezentos e noventa e um milhões de reais. É o valor que nós devemos aportar na saúde, com recursos próprios do Município. É um número expressivo na área da saúde. E aí a função de assistência social. Por exemplo, as despesas da FAS, que cresceram expressivamente no ano da pandemia: 64%, no período de 2013 a 2020; mais de cento e sessenta e sete milhões, para duzentos e vinte e três milhões de reais em 2020. Então, são duas funções que, realmente, tiveram um aumento expressivo na pandemia e que receberam também aportes do Governo Federal. Eu vou mostrar também isso mais a frente. E por que o Município não conseguia encaixar os recursos da saúde no orçamento de pronto? Porque o Município sequer tinha os recursos da previdência no orçamento. Não é à toa que essa dívida de quinhentos milhões foi acumulada. Ou seja, entre 2013 e 2017, o valor previsto no orçamento para os aportes previdenciários era de zero; o Município pagava se pudesse, se sobrasse dinheiro. Entre 2018 e 2021, nós, pela primeira vez, incluímos, após a aprovação do Plano, esses valores no orçamento do Município; e esses valores subiram expressivamente em 2021, de trezentos e cinquenta e um milhões de reais para quatrocentos e trinta e um milhões de reais. É claro que a receita não subiu nesse patamar. Nós tivemos um número muito grande de servidores aposentados também nesse último período. Eu quero lembrar que, e inclusive já colaborando com a pergunta que o cidadão encaminhou, quando um funcionário se aposenta, ele não sai da folha da Prefeitura ou da Câmara, isso começa a ser pago pelo Instituto de Previdência. Então, essa conta não acaba quando a aposentadoria ocorre. A verdade é que o Poder Público continua pagando essa aposentadoria, e depois a pensão, se houver, durante longos anos. Eis a razão dos aportes. Então, justamente os aportes estão garantidos, é por isso que o Município não deixou nenhuma dívida entre 2017 e 2020. Aí a nossa evolução do índice com despesas de pessoal. Quero lembrar que, também em 2017, na aprovação do Plano, nós aprovamos, a Câmara aprovou a retirada do FUC, ou seja, do dinheiro da tarifa de ônibus da base de cálculo das despesas de pessoal. Por que isso aconteceu? Porque a receita era inflada com valores em torno de oitocentos a novecentos milhões de reais, da tarifa, e que permitia visualizar uma despesa de pessoal com um índice menor. Com isso, a despesa de pessoal, em 2016, seria de 51,72%; ela caiu bastante em 2017, 2018, 2019 e 2020. Em 2020, subiu um pouco em relação a 2019, porque o Município teve uma queda na sua Receita Corrente Líquida. Eu também devo mostrar isso mais na terceira parte da apresentação. Mas uma trajetória muito estável do ponto de vista da despesa de pessoal, também corrigindo aí essa função. E o resultado disso são os investimentos, né? Aí um aumento mais do que expressivo dos investimentos com recursos próprios do Tesouro Municipal, entre 2016 e 2020. E 2020, repito, mesmo no ano da pandemia, foi o ano que Curitiba mais empenhou recursos a título de investimento. Nós empenhamos em torno de quatrocentos milhões de reais, duzentos e dez, duzentos e vinte de recursos próprios, enquanto em 2016 esse número chegava em torno de



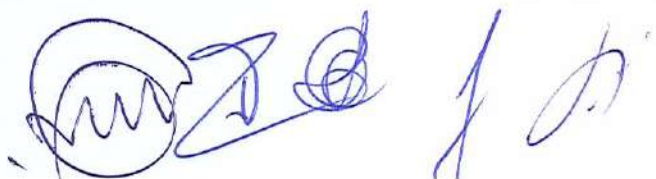
trinta, quarenta milhões de reais apenas. Então, é claro que, quando existe gestão fiscal, existe investimento. Justamente é esse o retrato que mostra esse gráfico. E, aí, ao final de tudo isso, Curitiba, que era a pior Capital do País em termos de liquidez, ou seja, aquele saldo financeiro de menos cento e dezoito milhões de reais significava que éramos, entre as capitais, a Capital que tinha menor condição de liquidez, o que nos outorgou a classificação C do Tesouro Nacional, em 2017. Nós passamos de C para a única Cidade do País, acima de seiscentos mil habitantes, com a Capag A, perante a Secretaria do Tesouro Nacional. Bom. Encerrada essa primeira parte, eu passo agora a fazer uma análise dos impactos, em especial das despesas e receitas, da pandemia na Cidade de Curitiba. Começando com o transporte coletivo municipal, é preciso esclarecer alguns dados. Então, aqui, inicialmente, o valor da tarifa técnica e da tarifa do passageiro. Vale lembrar que em Curitiba existe um valor que é cobrado do passageiro, a chamada tarifa social, e o valor que as concessionárias de transporte são remuneradas. Então, essa linha amarela significa o valor da tarifa técnica, e a linha azul, a tarifa do passageiro. Sempre que existem distorções nessas linhas, significa que deve existir subsídio, seja por parte do Governo Estadual, como ocorreu em determinada época, seja por parte do Município, como passou a acontecer, em especial, em 2019 e 2020. Devo mostrar isso mais adiante. Então, essa linha hachurada é justamente esse valor do subsídio, que se faz necessário para o transporte municipal funcionar. Vale lembrar, como já esclareceu o presidente da Urbs, que o sistema teve um decréscimo em torno de 50% no número de passageiros. Isso significa que existe menos dinheiro entrando no sistema, e, com a necessidade de espaçamento social, mais ônibus circulando. Ou seja, essa conta depende desse subsídio para manter o transporte funcionando. E eu gostaria de fazer um comparativo, mostrar os recursos que as gestões de 2013/2016 e a gestão de 2017/2020, do Prefeito Rafael Greca, receberam, a título de subsídio, do Estado do Paraná. Então, percebam que, de 2013, em valores reais, corrigidos pela inflação, a 2016, foram repassados duzentos e três milhões de reais. Porém, de 2017 a 2020, sendo que em 2020 foi o ano mais difícil do transporte público municipal, esse valor foi de cento e dezenove milhões de reais. Ou seja, uma queda muito expressiva no valor repassado pelo Estado do Paraná ao sistema de transporte coletivo administrado pela Urbs. Por que esse déficit existe? Porque Curitiba, hoje, acaba arcando com os custos da Região Metropolitana, em razão da integração. Então, o passageiro paga quatro reais e cinquenta centavos lá na Região Metropolitana, não remunera o sistema de Curitiba, quando vem até a Cidade, e isso acaba gerando um déficit, que deveria ser, assim, coberto por recursos do Tesouro Estadual, ao menos em parte. E, aí, vão dizer: "Não. Mas o Estado repassou mais recursos para outros itens, do ponto de vista de convênios, para asfalto, para obras, enfim." E demonstramos também aqui que, entre 2013 e 2016, e vale lembrar que existia também a Copa, as obras da Copa, o Estado, nos outros convênios, passou setenta e quatro milhões de reais, e, entre 2017 e 2020, setenta e nove milhões de reais. Então, percebe-se que não há compensação, e sim uma falta de repasse para os subsídios. Aí o aporte que o Município fez, o Tesouro Municipal fez, com recursos do Fundo de Recuperação Fiscal. Aliás, vale lembrar que a Câmara aprovou aqui antes, nós mandamos antes da pandemia, jamais imaginando que a pandemia iria ocorrer tão rápido, algo dessa magnitude, um Fundo de Recuperação Fiscal. E é a única Capital do País, a única Cidade do País a ter recursos orçamentários num Fundo de Estabilização e Recuperação Fiscal justamente para que, em momentos como esse, a Cidade possa utilizar os recursos, seja para manter a cidade funcionando ou para comprar vacinas, o que for possível fazer. Mas os aportes do Tesouro Municipal, em 2020, nós aportamos aí cento e noventa e um milhões de reais no transporte coletivo; obviamente, um número mais do que expressivo, em especial em razão da ausência de repasse desse subsídio estadual. Bom. Aí mais alguns impactos da Covid. Esse é um dado interessante. Então, se considerarmos



esse acréscimo das despesas de saúde, que apresentei mais atrás, o acréscimo das despesas de assistência social, mais o transporte público e o que as receitas decresceram, hoje, Curitiba gasta, por dia, um milhão e oitocentos a mais, em razão da pandemia. É um número extremamente expressivo que a cidade gasta, com esse acréscimo, ou gastou, em 2020, e continua gastando em 2021, com esses valores, do ponto de vista da pandemia. Aí mais alguns dados com relação à emissão de notas fiscais na cidade, no período de 2020, comparado com 2019. Então, tivemos um decréscimo em praticamente todos os meses a partir do início da pandemia, em março, abril; alguns períodos expressivos, 22, 23% do número de notas fiscais emitidas na cidade. Aí, com relação à queda de receita, havíamos projetado, em maio, uma perda do ISS, a nossa principal receita, vale dizer, em torno de duzentos milhões de reais. Essa trajetória, felizmente, se corrigiu e nós perdemos apenas, vamos dizer assim, quarenta e quatro milhões de reais ao ano. Pode parecer pouco, mas é o que significava a arrecadação do HSBC, quando estava em Curitiba, antes de ser adquirido pelo Banco Bradesco; e era o principal contribuinte. Então, é como se tivéssemos perdido, de um ano para o outro, um banco, um contribuinte dessa magnitude. É muito expressivo do ponto de vista da Cidade. Aí com relação à arrecadação do ISS, que mencionei. Então, percebe-se um decréscimo em valores financeiros: expressivo, em maio, 23%; em junho, 24%. Eu quero lembrar que é fácil analisar, às vezes, do retrovisor, agora que estamos em fevereiro, ainda no meio da crise, o que acontecia em maio e em junho. Em maio e em junho se tinha uma sensação, não só, obviamente, no Brasil, mas fora, de uma verdadeira hecatombe, do ponto de vista financeiro. Então, aí foram as quedas que o Município teve. E, realmente, as projeções, no geral, foram sendo corrigidas; nós tivemos uma queda de receita. Ao contrário, aliás, do Estado do Paraná, que apresentou um acréscimo de 1,1% na sua demonstração de contas. Mas tivemos um decréscimo sim não tão, graças a Deus, expressivo, como nós imaginávamos em maio e junho. Aí com relação ao ITBI, esse dado é muito interessante. A arrecadação de ITBI na cidade aumentou também de uma forma expressiva: trinta e um milhões de reais, em especial nos meses de novembro e dezembro, em razão do aquecimento do mercado imobiliário. Percebe-se que em junho e julho o mercado imobiliário teve realmente um "boom", vamos dizer assim: 15% de acréscimo, 11% de acréscimo; números que não tínhamos visto nesses quatro anos de gestão. Então, realmente, o ITBI, até em razão da taxa de juros do País estar baixa, das facilidades de financiamento e também de uma liquidez existente na economia brasileira, há um direcionamento ao mercado imobiliário, que resultou no acréscimo do ITBI. O IPTU se manteve constante. Aquele acréscimo, em fevereiro, de 17% é muito... Porque em janeiro teve um decréscimo. Então, tivemos aí um valor acumulado de 2,9%. Depois eu vou mostrar isso, no quadrimestre. Em termos reais, (L) o IPTU acabou caindo em 2020. Aí o número que eu gostaria de chamar muita atenção, que são as transferências do ICMS do Município de Curitiba. Então, nós perdemos, em razão da pandemia, trinta milhões de reais, acumulado no ICMS, no mesmo período em relação a 2019. O Município de Curitiba vem perdendo, cada vez mais, repasses do ICMS, em alguns meses existe um acréscimo, porque em alguns meses existem terças e quartas feiras, uma a mais no mês, e todo repasse acontece nesses dias, mas, de fato, nós perdemos aí recursos do ICMS. E eu vou mostrar mais adiante que isso vem sendo reiterado no Município de Curitiba. O IPVA teve uma alta, em relação a 2019, de dezesseis milhões de reais que o Município de Curitiba recebe. Vale lembrar que 50% do IPVA o Estado arrecada dos carros emplacados em Curitiba, reverte ao Município de Curitiba. Aí, fundo de participação dos Municípios, que é de responsabilidade da União, existiu um decréscimo, também, de nove milhões de reais, mas esse decréscimo foi compensado pelo Governo Federal, em especial, a preocupação com as médias e pequenas cidades que, ao contrário de Curitiba, dependem, às vezes é a principal fonte de receitas, as transferências, em especial FPN, o Governo Federal



compensou essas perdas, então, esse decréscimo de nove milhões de reais foi compensado pelo Governo Federal. Então, aí os recursos transferidos pelo Governo Federal, o apoio, justamente, do FPN, vinte e dois milhões de reais, apoio financeiro ficou, desculpem a falta de grafia, vinte e oito milhões de reais da Lei Complementar 173, mais do Inciso II, cento e noventa e seis milhões de reais, o total recebido do Governo Federal, duzentos e quarenta e sete milhões de reais para o Município de Curitiba. Percebam que se caso o Município não tivesse recebido esse recurso, aquelas previsões que nós fazemos de queda de receita e que justificavam o contingenciamento do orçamento no período de maio ou junho, salvo engano, que foi editado, se justificariam, descontingenciamento o orçamento gradualmente conforme recebíamos os recursos. Aí, ainda os recursos do Fundeb, que são direcionados à educação, então, além da queda do ICMS, nós tivemos aí uma perda no Fundeb de vinte e seis milhões de reais, comparado a 2019, uma queda, também, bem expressiva, percebam que se nós somarmos Fundeb, ICMS, ISS, nós tivemos sim uma queda expressiva de receita na Cidade de Curitiba. Depois vamos apresentar na Receita Corrente Líquida. Aí, um outro dado interessante, que é o valor que os aplicativos de transporte recolhem para o Município de Curitiba, em torno aí, em 2019, junho, de trinta milhões de reais. Nós tivemos aí um decréscimo muito expressivo, em especial, a partir de maio, junho, então, esses valores não foram recuperados mesmo com as pessoas voltando a utilizar os aplicativos de transporte, ou seja, o retorno não foi como era antes, as pessoas ficaram mais em casa. Em dezembro existe um aumento, mas em razão de que, em novembro, um dos aplicativos ingressou com uma medida judicial e conseguiu uma medida liminar para evitar o recolhimento desse preço público, que foi cassado depois no Tribunal de Justiça, pela Procuradoria Geral do Município, e os valores foram recolhidos em dezembro. Mas os valores ainda continuam abaixo. Com relação ao quadrimestre, então, agora passamos à terceira e última parte da nossa apresentação, os valores aí comparados ao quadrimestre de 2020. Então, do ponto de vista das Receitas Correntes do Município, nós tivemos um decréscimo de 5,89%, oito bilhões, duzentos e vinte milhões de reais. As Receitas de Capital, que são aqueles recursos que o Município recebe, seja alienação ou para investimento, 10% de aumento, duzentos e cinquenta e dois milhões de reais, as Receitas Intra-orçamentárias, e aí está o valor, em especial, do Instituto de Previdência, 1,73% de queda, então, tivemos um decréscimo, do ponto de vista das receitas, considerando a Intra-orçamentária, de 5,48%. Aí o que nós tínhamos de previsão do orçamento e o que foi realizado nesse exercício de 2020, em comparação com a nossa previsão inicial. Aí, ainda do ponto de vista da receita, o ISS, em termos reais, caiu 7,89%, a queda mais expressiva que nós temos aí na série. O ISS vou apresentar em seguida, esse gráfico aqui, percebam lá, de 2014 a 2020, o ISS vinha crescendo em quinze, aí que eu mencionei que saiu o HSBC, uma queda expressiva de 6,91%, mas não se compara com uma queda de 7,89%, isso em termos reais, para quem arrecada um ponto dois bilhões de reais, ISS, é muito dinheiro e é bastante significativo para a cidade a queda, do ponto de vista da arrecadação do ISS. Aí com relação à previsão que nós tínhamos no orçamento, em 2019 nós tivemos um excesso, quase 10%, ou seja, batemos a meta no ISS em mais de 9%, em 2020, em razão da pandemia, ficamos quase 4% abaixo da nossa meta prevista no orçamento. Aí os segmentos que mais arrecadam o ISS, tiveram uma alta queda em 2020, claro, se colocássemos todos os segmentos, e apresentar aquela queda real do 7,8%, mas um apoio técnica, jurídico e contábil é o nosso principal segmento, tivemos um acréscimo de 5,21%. Saúde e assistência médica, um decréscimo de 7,63%, em especial, em razão da ocupação dos hospitais, dos leitos para tratamento da Covid e não de outras cirurgias. E atividades, construção civil, uma queda de 1,17%. Informática e tecnologia, que tem sido cada vez mais importante em Curitiba, 1,12% de crescimento; contribuintes eventuais, 2,56% de aumento. Mas todo esse cenário



com outras atividades, e aí nós podemos incluir turismo, por exemplo, que caiu bastante, tivemos um decréscimo de 7,8% em termos reais. Com relação ao IPTU, nós tivemos um crescimento nominal de 2,4, mas real, um decréscimo de 2,03%, quando comparado a 2019. O IPTU é um imposto que vem crescendo em Curitiba desde a aprovação da nova planta genérica em 2014, então, ele teve crescimentos expressivos entre 2015 e 2016, percebam que toda aquela trajetória de comparação que eu apresentei no início dessa Audiência Pública mostra que não é o problema de receita, a receita cresceu entre 2013 e 2016, o problema realmente foi a desorganização do ponto de vista da despesa pública. Mas nós tivemos agora um decréscimo do IPTU de 2,03%, interrompendo uma série de sucessivos aumentos, porque nós tivemos uma arrecadação de IPTU e que vem, na verdade, tapando o buraco, por assim dizer, da queda que o Município recebe dos repasses, em especial, do ICMS do Estado do Paraná. Aí a nossa meta de IPTU ficou um pouquinho abaixo, 0,46%, em 2019, nós tínhamos ultrapassado em 4,95% a meta. Aí o ITBI, como eu disse, um crescimento muito expressivo nominal de 9,6%, um crescimento real de 4,87%. Se taxa de juros se mantiver dessa maneira e o Brasil ainda mantiver uma liquidez significativa, como tem acontecido desde a pandemia, esses valores devem permanecer em 2021, embora o Supremo tenha recentemente julgado, na semana passada, foi publicado o acórdão, aqui muda a sistemática de cobrança do ITBI, nós ainda estamos estudando os impactos dessa nova sistemática do ponto de vista de Curitiba. Aí a série histórica, desde 2014, o ITBI vinha decrescendo, aí em 2015 e 2016, quando nós alteramos, no plano de recuperação, a sistemática de cobrança do ITBI, ele passou a ter um acréscimo mais expressivo, em especial em 2018, e, mesmo na pandemia, um acréscimo de 4,87% em relação a 2019. 2019 havia caído um pouquinho em comparação a 2018. Aí nosso arrecadado, bateu, superou a meta, 117% previsto no orçamento, em 2019 não havíamos superado, atingido a nossa meta. E aí, então, a nossa pirâmide dos principais tributos. A taxa, que é a taxa de coleta de lixo, representa mais de 90% desses duzentos e quatro milhões, nós tivemos um decréscimo, até mesmo, porque a taxa de lixo permanece congelada na Cidade de Curitiba há três anos, então, nós tivemos um decréscimo de 8,65% em termos reais; o ITBI, um acréscimo de 4,87%, imposto de renda retido na fonte, a principal receita dos valores que são pagos para fornecedores e servidores, quatrocentos e dez milhões, um acréscimo de 1,55%. IPTU caiu 2,03, e o ISS, nossa principal receita, caiu 7,89%, um total de um ponto, duzentos e noventa bilhões de reais. Então, aí, do ponto de vista da receita tributária do Município de Curitiba, nós tivemos um decréscimo, em termos reais, de 3,82% em comparação com 2019. Aqui, os nossos tributos, ISS, IPTU, ITBI, imposto de renda retido na fonte e a taxa de lixo em uma série histórica desde 2011. Então, ISS vinha subindo, se nós olharmos ali, após a queda de 2015 para 2016, em termos reais, para 2019, então, nós vimos, o ISS vinha subindo e deve voltar a subir, nós acreditamos, com a recuperação da economia, teve um decréscimo em 2020. O IPTU, que em termos reais vem desde 2014 numa trajetória boa, do ponto de vista de arrecadação. Imposto de renda retido na fonte permanece praticamente igual, e a taxa de lixo que teve um acréscimo significativo entre 2017 e 2018, porque com o plano recuperação nós desvinculamos a cobrança da taxa de lixo do valor do IPTU. Vale lembrar que antes, se a pessoa morasse, por exemplo, numa área verde e tivesse o IPTU reduzido para cinquenta reais, não pagava a taxa de lixo de duzentos e trinta reais, pagava apenas o IPTU e mais a taxa de cinquenta reais. Isso acabou, porque as pessoas utilizam, na mesma proporção, um serviço de coleta de lixo. Então, até por força da justiça fiscal, nada mais justo que todos paguem o mesmo valor. Mas a arrecadação se manteve constante até 2020. Aí, com relação às transferências, no SUS nós tivemos um acréscimo do Governo Federal bastante significativo, 27% nas transferências para a Saúde, em especial, nos leitos, na produção de leitos, a portaria 1666 do Ministério da Saúde, em 2020. ICMS em decréscimo de 8,87%; Fundeb,



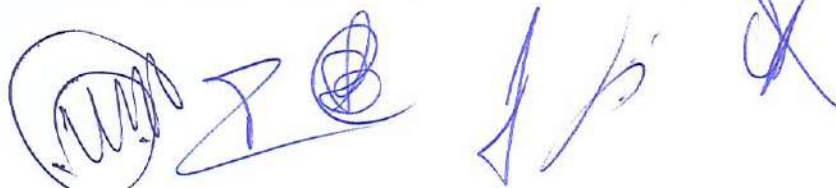
8,60% de perda; no IPVA, 0,29% em termos reais; outras transferências correntes, 234%. Às vezes existe alguma divergência com esses números, porque alguns valores da dívida ativa podem ser incluídos nesses dados. Com relação às outras transferências correntes, o acréscimo é aquela tela que eu apresentei dos recursos da Lei Complementar 173, que aportou um valor muito significativo no Município de Curitiba e em todos os Municípios e Estados do País. Ainda, continuando no FPM, uma queda de 7,7%, mas foi compensada pelo Governo Federal. Aí, do FNDE, da educação, 8,7%; convênios de capital, nós tínhamos um aumento de 32%, quarenta milhões, em especial, uma obra do PAC, drenagem que nós conseguimos autorização em 2020; outras transferências de capital, uma queda de 13%, trinta e sete milhões. Convênios correntes, em especial, convênios recebidos do Estado, um decréscimo de 53%, recebemos quinze milhões de reais. Aí, ainda insisto com relação ao ICMS, o ICMS de Curitiba é calculado conforme o índice calculado anualmente pela Secretaria da Fazenda do Estado. E 2013, esse índice representava 0,14 pontos, nós estamos em 2021, em 0,09 pontos, ou seja, nós caímos 35,4% no índice que o Estado do Paraná calcula. Vale lembrar que esse índice se divide em duas partes: um é o valor adicionado, 75% fixado na Constituição da República, que independe de Lei Estadual, e 25% são fixados por critérios de Lei Estadual. Esses critérios hoje favorecem a população rural, em detrimento da população urbana. Então, diversos Municípios aí recebem valores muito maiores per capita do que Curitiba, nós vamos mostrar isso mais adiante. Então, com relação aos repasses constitucionais em termos reais, em milhões de reais, aquela linha azul é o Fundo de Participação dos Municípios, então, ele se mantém praticamente estável desde 2011 a 2020. Em 2021 nós temos uma projeção de duzentos e cinquenta e sete milhões de reais. E aí o ICMS, este sim (J) a cada ano cresce. Eram novecentos e sete milhões de reais em 2013, hoje seiscentos e seis milhões de reais. Ou seja, trezentos milhões de reais a menos, entre 2013 e 2021. Isso significa uma perda acumulada que vou mostrar adiante. Então, aqui, para se ter uma ideia, o quanto isso impacta em cada município. Araucária recebe por habitante, da cota-parte do ICMS, três mil, setecentos e quarenta e três reais, em especial, em razão da refinaria que se encontra lá que é uma grande contribuinte de ICMS. Curitiba lá, em décimo oitavo lugar, bem próximo de Maringá e Londrina, apenas trezentos e oitenta e nove reais. Não é segredo que Curitiba é um grande fornecedor também de serviços públicos para as cidades da Região Metropolitana. O que parece extremamente injusto, enquanto três mil, setecentos e quarenta e três reais Araucária recebe, Curitiba recebe apenas trezentos e oitenta e nove reais. Ou seja, Curitiba é uma cidade que depende cada vez mais das suas receitas próprias do ISS, do IPTU, para a sustentabilidade dos serviços públicos que são prestados à população. Então se o Município ainda continuasse com aquele 0,14% do índice do ICMS significa que nós teríamos recebido 1,4 bilhão de reais a mais ao longo desses anos. Ou seja, deixamos de receber, em razão da queda, 1,4 bilhão de reais. Quero dizer que, junto com o Prefeito Rafael Greca, já estivemos conversando com Deputados, mas toda a audiência pública, eu digo na Câmara, é preciso uma mobilização política para que os critérios de divisão do ICMS favoreçam também os centros urbanos. Não é possível que Curitiba venha a cada ano sendo prejudicada com a queda do seu índice em razão dos critérios também estabelecidos na legislação estadual. Somando isso a ausência do subsídio do transporte, como mostrei no começo. Percebe-se que a cidade tem dispendido muitos recursos próprios que poderiam ser destinados a investimentos e outras obras, para manter basicamente o custeio do Município funcionando. Vamos passar para a parte final, a parte das despesas, depois os limites. Do ponto de vista das despesas, tivemos uma despesa total de nove bilhões, cento e oitenta e cinco milhões de reais e um acréscimo nas despesas correntes, em especial, óbvio, nas despesas na área de saúde, assistência social e transporte coletivo. Despesas de Capital, uma queda de 6,52%; as reservas não temos variação

e as despesas intra-orçamentárias são aquelas relacionadas ao IPMC em especial, uma queda de 1,11%. Então tivemos aí, sem a intra-orçamentária, um acréscimo de 0,35% com relação ao ano anterior. Considerando que nós tivemos um decréscimo na arrecadação, parcialmente compensado, é verdade, pelos recursos do Governo Federal, nós tivemos que usar, em parte, os nossos recursos do Fundo Emergência, em especial no transporte coletivo. Com relação a cada item, tivemos um decréscimo nos juros e encargos da dívida porque, na mesma lei que autorizou o ingresso de recursos da União para os estados e municípios, essa lei também autorizou a suspensão de alguns contratos de parcelamento com bancos públicos. Então nós tivemos aí uma economia com juros e encargos da dívida em torno de 25%, trinta e três milhões de reais. Pessoal e encargos sociais tivemos 1,53%. Vale lembrar que o Município, mesmo nesse cenário, teve condições e segurança fiscal para conceder reajuste ao funcionalismo público no final do exercício de 2020, porque assim havia previsto no seu orçamento. Outras despesas correntes, tivemos uma variação de 0,14%. Nessa parte de pessoal também, vale lembrar que nós temos diversos processos seletivos, emergenciais, simplificados, que foram encaminhados ao longo de 2020. Inversões financeiras. Esse é um recurso que nós enviamos para as companhias, esse dado está equivocado, vou pedir para corrigir, tínhamos, salvo engano, um acréscimo de 74,99%, são trinta e nove milhões de reais que enviamos para a Urbs, enviamos para a Cohab, recursos justamente em razão da suspensão de cobranças de parcelas, sejam das outorgas do táxi, das vans ou mesmo de casas populares, o Município aportou recursos do ponto de vista da sua função social, para garantir algum alívio para esses setores específicos no ano de 2020. Vale dizer que o Município tinha restrições também eleitorais nesse período, então muita coisa não foi realizada. A amortização da dívida uma queda de 35% em razão da suspensão pelo Governo Federal. Investimento, aí sim, um acréscimo, como mostrei, muito significativo, isso recursos do Tesouro e recursos também recebidos da União e do Estado, quatrocentos e sessenta e nove milhões de reais, em valores empenhados um acréscimo de 77%, é bastante significativo. Com relação aos precatórios. Nós tivemos, mesmo naquele cenário complicado de 2017 e 2018, tivemos um volume muito alto de precatórios, cento e treze, cento e quatorze milhões de reais, foram comparados com a série histórica, isso em valores nominais. Em 2020 e 2021 baixamos um pouco, sessenta e dois milhões de reais e quarenta e oito milhões de reais previstos no orçamento de 2021 para pagamento de precatórios. Então com relação à disponibilidade de caixa, vale todas as contas do Município, esse não é um dinheiro que o Município tem disponível em caixa, existem ali recursos de convênios, operações de crédito, dois bilhões, oitocentos e trinta e um, com as reduções de restos a pagar, processados e não processados, consignações e outros compromissos, exceto obviamente o recurso do IPMC que gira em torno de dois bilhões de reais, temos recursos ordinários de um bilhão, duzentos e vinte e um que bate com o saldo financeiro que temos aí apresentado na primeira parte. Com relação à nossa receita corrente líquida e os nossos resultados primário e nominal. Primário tínhamos uma previsão de cento e quarenta e cinco negativo, ele sempre começa negativo, porque o Município economiza para pagar juros e a amortização da dívida. Tivemos um resultado primário positivo de trezentos e setenta e dois milhões de reais. O resultado nominal significa o quanto o Município diminuiu da sua dívida em comparação com o ano anterior, esse é o sentido desse demonstrativo. Então diminuimos duzentos e vinte e um milhões da nossa dívida. Vou mostrar depois o gráfico específico da dívida. Como receitas correntes 8.5 bilhões de reais, reduzimos oitocentos e sessenta e dois milhões. Tivemos uma receita corrente líquida de 7.6 bilhões de reais, 5,34% inferior a 2019. Mesmo assim, faço questão de dizer, o Município manteve todas as suas obrigações em dia, especialmente porque tem liquidez e tem mantido ao longo dos anos essa política. Então, a nossa queda em torno de oitenta e dois milhões de reais na nossa receita corrente líquida

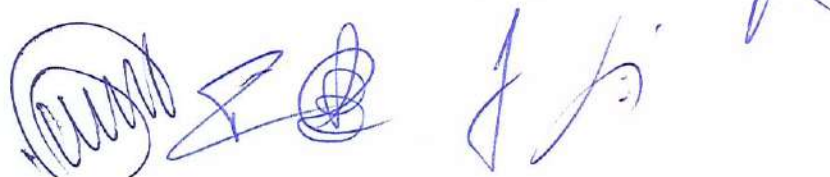
que tem impacto significativo para as nossas projeções de 7.75 para 7.67 bilhões de reais em 2020. Aí os nossos limites, já tinha apresentado antes, mas o nosso limite com despesas com pessoal estamos em 42,25%, limite prudencial de 51,3%. Nós temos um limite aprovado na Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, que também foi aprovado no Plano de Recuperação, um pré-limite de 50%. Então estamos com alguma folga com relação a esse limite. Aliás, vou voltar aqui para dizer o seguinte: ter limite não significa que é preciso ou que se possa gastar mais com despesa de pessoal. Como é uma conta de quatro bilhões de reais, qualquer zero vírgula alguma coisa por cento impacta e impacta muito o Município. Então o Município tem feito uma política de pessoal responsável ao longo desses anos, mantendo a sua capacidade do pagamento da folha. Inclusive, pagamos tudo em dia, adiantamos o 13º Salário no ano passado, pagamos, salvo engano, em maio e também em novembro, as parcelas do décimo terceiro. Aí os nossos limites de dívida. Temos a nossa dívida consolidada e nossa dívida líquida, consolidada líquida significa que nós temos a capacidade, que não é negativo. Hoje, se o Município quisesse pagar toda a sua dívida e zerar a sua posição... É claro, já recebi uma pergunta, bem colocada: "Por que o Município não faz?" Não faz porque ele tem direito ao seu recurso de uma forma prudente. Nós temos que ter reserva, temos que ter capacidade de enfrentar momentos. Por isso mesmo a aprovação do Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal. Então estamos bem abaixo do limite, menos 17%, alerta de 108%. Ou seja, é praticamente insignificante para nós. Então aí o comparativo da dívida bruta de Curitiba. Percebam que na linha azul é quanto a cidade aumentou a sua dívida ao longo dos últimos anos, entre 2016 e 2017, como vimos, teve esse acréscimo de quase quinhentos milhões em razão justamente da dívida previdenciária. Então, essa é a maior dívida que a cidade de Curitiba tem hoje, a dívida dos parcelamentos previdenciários. Volto a dizer que não se confunde com os aportes, posso explicar isso de forma mais detalhada na frente. Mas aí, na linha laranja, temos a nossa dívida consolidada líquida. Quanto menor, melhor. Então o Município, a partir de 2017, com seus resultados financeiros, começou a ter capacidade inclusive de efetuar o pagamento do recurso. O que significa isso, a médio e a longo prazo? Significa que o Município pode tomar recursos a taxas muito mais baixas, o Município se vale, não foi por menos que a Agência Francesa e o BID concederam alterações muito interessantes para Município para o Inter 2 e para também a revitalização da Caximba, com taxas menores. Assim como, com a Caixa Econômica Federal, firmamos um contrato possivelmente com a menor taxa, 119% do CDI, salvo engano, entre os empréstimos concedidos pela Caixa, porque temos uma condição financeira atraente nesse sentido. Aí a licença-prêmio que era um valor que Município acumulou ainda de 2013 a 2020, cento e vinte e nove milhões de reais. O Município não vinha pagando esse recurso regularmente desde 2013. Nós, ao final do ano de 2020, fizemos um pagamento de quarenta e sete milhões de reais, dividimos em três parcelas esse montante. Já pagamos quarenta e sete milhões de reais e vamos pagar oitenta e um milhões de reais em 2021 e em 2022, encerrando o estoque da licença-prêmio devido aos servidores municipais da cidade de Curitiba. Aí o perfil da dívida externa: Agência Francesa duzentos e dois milhões de reais e o BID duzentos e noventa e um milhões de reais. Isso significa operações pretéritas e também uma parte da Agência Francesa, da operação realizada para a revitalização da Caximba. Mas ainda é uma parte pequena, esse recurso ainda vai ingressar ao longo dos anos. Então aqui a nossa dívida interna. Como eu disse, o nosso saldo do RPPS, ou seja, a Previdência é uma maior dívida que nós temos; a novação que também são divididas de 2013 a 2016; precatórios; Receita Federal; a licença-prêmio que agora ingressa nesse quadro, nós reconhecemos finalmente como dívida e vamos quitá-la até o final de 2022; Caixa Econômica são financiamentos que o Município garante à Cohab, duzentos e quarenta e nove; Agência de Fomento, trinta milhões de reais. Limites com



garantias. O Município tem um valor, como eu disse, referente à Cohab - duzentos e trinta e nove milhões de reais, o valor está mais baixo porque essa dívida é uma dívida histórica do Município, remonta aí há décadas, tem sido paga ao longo dos anos. Mas uma garantia de 3,3% abaixo dos limites previstos. Limites com operações de crédito, o Município tem 1,89% tomado, poderia chegar em 16%. Ou seja, o Município tem espaço bastante significativo para operações de crédito. Limites com serviço de publicidade e propaganda, são limites estabelecidos pela Lei Municipal de Responsabilidade Fiscal. Vale lembrar que Curitiba é a única capital do País que tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, nós estamos em 0,12% o máximo de 0,60%. Aí com relação aos índices constitucionais. A exigência constitucional de 15%, no final gastamos... Curitiba tem cada vez mais aumentado esses valores, 20,12%, na educação exigência constitucional de 25%, ficamos em 25,37% ao longo do exercício de 2020. Era isso, Sr. Presidente. Fico à disposição para as perguntas. O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Sr. Secretário, agradeço a forma didática como foi colocado para que, principalmente, a população, tenha conhecimento dos números da receita fiscal do Município. (K) Eu quero agradecer a presença dos Vereadores da Comissão que estão dividindo a Mesa conosco, Vereadora Indiara Barbosa, Vereadora Professora Josete, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Jornalista Márcio Barros e Vereadora Flávia Francischini, que esteve conosco até agora. Também saudamos o Vereador Tito Zeglin, que está participando da Sessão, Vereador Ernani e Vereador Osias Moraes. De imediato passo a palavra, num bloco de três perguntas, aos Vereadores da Comissão e, na sequência, aos Vereadores que se inscreveram. Depois teremos a participação das pessoas que estão enviando as suas mensagens pelos canais. Primeiro a Vereadora Professora Josete, na sequência Vereadora Indiara Barbosa e Vereador João da 5 Irmãos. Pedimos que as perguntas, por gentileza, sejam sucintas. A Sra. Professora Josete:- Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimentar, primeiramente, o Secretário Vitor Puppi e toda sua equipe. Rapidamente, Secretário, qual a sua avaliação sobre a situação das contas da Prefeitura diante do cenário da pandemia? Quando nós comparamos 2019 com 2020, verificamos que houve uma queda das receitas e um aumento das despesas. O senhor considera que as contas estão em desequilíbrio? A receita de serviços, comparando 2019 e 2020, caiu aproximadamente 55%. Quais as alternativas pensadas para resolver essa situação que já se prolonga há algum tempo? A Prefeitura continuará subsidiando o transporte coletivo? Nós vimos uma queda no FUC, de oitocentos e cinco milhões, em 2019, para cerca de quatrocentos e cinquenta e sete milhões, em 2020. Qual o montante de recursos repassados até agora às empresas, tanto em relação a 2019, como a janeiro e fevereiro do ano corrente? Em relação ao Fundo de Aval aprovado ano passado, qual é o panorama de acesso ao programa, uma vez que esses dados não estão disponibilizados no Portal da Transparência? No anexo 2 da execução orçamentária, no item Restos a Pagar, em 2019, foram cerca de trezentos e cinquenta e sete milhões e, em 2020, seiscentos e trinta milhões, quase o dobro. O senhor pode explicar o que aconteceu e quais secretarias estão com as maiores contas? Em relação a manutenção e desenvolvimento do ensino nós tivemos aí uma queda de 0,1%, então mantido os 25% constitucionais. Saúde, 21,84% em 2019 e uma queda, em 2020, para 20,11%, e pessoal também houve um pequeno aumento. Teoricamente, nós tivemos essas variações, mas no nosso entendimento deveria aumentar na saúde. Qual é a sua avaliação acerca disso, aumentar as despesas, em relação a pandemia. E o senhor considera uma alternativa a redução dos salários de servidores públicos, conforme pretende a PEC emergencial? O SR. PRESIDENTE:- De imediato, para fechar o bloco da Comissão, vou incluir o Vereador Jornalista Márcio Barros. Então, com a palavra a Vereadora Indiara Barbosa, na sequência, Vereador João da 5 Irmãos e Vereador Jornalista Márcio Barros. Assim fechamos o bloco e passamos a palavra ao Secretário Vitor. A Sra. Indiara Barbosa:- Bom dia, Secretário Vitor Puppi.



Primeiramente, parabenizá-lo pela apresentação, muito detalhada, as séries históricas proporcionam uma visão bem importante e macro da condição financeira da Prefeitura. A gestão fiscal também, os demonstrativos e o atendimento aos limites e metas da Lei de Responsabilidade Fiscal, entendo que o senhor consegue demonstrar a melhoria da situação financeira da Prefeitura de forma clara ao longo dos anos, inclusive, parabênizo a gestão. A questão do endividamento e regularização das dívidas, e aí fica como sugestão, até estava conversando aqui com demais membros da Comissão de Finanças, para que a gente conseguisse receber a apresentação com mais antecedência, para que a gente conseguisse se aprofundar. Os demonstrativos estão no site, mas às vezes fica meio difícil de se aprofundar nos assuntos. Eu acredito que a gente pode também, a partir desse ano, na Comissão de Finanças, determinar um processo para que seja possível uma interação mais frequente da Secretaria de Finanças com a Comissão, para que a gente realmente possa fazer um trabalho de fiscalização detalhado, de forma mais aprofundada, porque só os demonstrativos, ou a apresentação a gente não consegue se aprofundar detalhadamente nos temas. Então, essa seria uma das minhas sugestões. Outro ponto que eu entendo também que já está no radar da Prefeitura, já está sendo discutido, mas também se relaciona com essa melhoria dos números, a partir de *compliance*, controles internos. A Prefeitura já está demonstrando, e acho que isso traz mais segurança ainda para os números, para os demonstrativos financeiros da Prefeitura. Então, acho que isso também a gente pode colocar na nossa pauta. Eu tenho algumas dúvidas, mas são detalhes menores, e depois posso encaminhar um e-mail e a gente, como eu disse, instituir esse processo da Comissão de Finanças com a Secretaria de Finanças, para se aprofundar mais nos assuntos. Seria isso. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Vereadora. Com a palavra o Vereador João da 5 Irmãos, na sequência Vereador Jornalista Márcio Barros. O Sr. João da 5 Irmãos:- Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, demais amigos Vereadores. Cumprimento também o Secretário Puppi e o parabênizo pela sua atuação frente à Secretaria. E queria fazer duas perguntas, ser objetivo e sucinto também, em relação a educação da nossa Capital. Qual a previsão para o orçamento de 2021, se vai ter um aumento no investimento, 25% é a questão legal da Responsabilidade Fiscal, e também a questão da previsão para 2021 de investimentos na área de infraestrutura, e quantos empregos tem uma previsão de geração desses investimentos. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Vereador. Vereador Jornalista Márcio Barros. O Sr. Jornalista Márcio Barros:- Obrigado, Presidente. Quero dar os parabéns ao Secretário Vitor Puppi e para a sua equipe. A apresentação foi muito bem detalhada e extremamente técnica. Mas, eu queria só fazer uma sugestão, inclusive para esta Casa, que possamos trazer mais pessoas para participar desse momento que é tão importante. Nas redes sociais vemos os mesmos de sempre, não vemos pessoas novas acompanhando e seria muito legal se conseguíssemos levar essa informação para um maior número de pessoas. É fato que passamos por um momento muito difícil e não é exclusividade de Curitiba, todas as cidades do Brasil, todos os países do mundo, estão passando pelo mesmo problema. Eu quero saber do Secretário com relação ao fundo emergencial para compra de vacinas, se nós temos valores disponíveis, e uma comparação com relação às outras capitais. Porque o problema é geral, mas as iniciativas são pontuais. Como está Curitiba com relação as outras capitais. Obrigado, Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Fechamos o primeiro bloco. Eu peço a devolutiva ao Secretário Vitor Puppi para as respostas das indagações feitas pelos Vereadores da Comissão de Finanças. O SR. VITOR PUPPI:- Pois não, Presidente. Eu agradeço por todas as perguntas. Vou começar pelas perguntas da Vereadora Professora Josete. Se em razão da pandemia existe algum desequilíbrio ou não, do ponto de vista fiscal. Não, porque a cidade se preparou para isso. Por que existiu um acréscimo nas despesas? Em especial, em razão do transporte público, do ponto de vista do Tesouro Municipal. Saúde



também, mas vou responder a outra indagação, vou me fazer mais claro. O Município por ter condições aportou um valor significativo para manter o transporte público funcionando. E se o Município não tivesse o recurso, o que ia acontecer? Em primeiro lugar, obviamente o transporte deveria parar as concessões, poderiam ser devolvidas, como aconteceu em algumas cidades grandes, e que têm condição fiscal boa também, como Salvador, que nós tivemos duas concessionárias devolvendo a operação para o município. Então em períodos de desequilíbrio, justamente, a gestão fiscal existe para isso, para o município cumprir a sua função social e prestar o serviço público para a população. Mas é preciso ter dinheiro para fazer isso. Curitiba conseguiu ao longo desses anos ter essa condição de manter o sistema funcionando. Volto a dizer, não pode ser só com recurso municipal. É preciso que enfrentemos essa questão, porque é um valor muito significativo. E aí, já respondendo a sua segunda pergunta, o Município repassou, como mostrei na apresentação, cento e noventa milhões de reais para o transporte. Mas vale lembrar que se não houvesse sido aprovada a Lei Emergencial do Transporte pela Câmara, esses valores poderiam ser muito maiores ou até dobrar porque a receita do FUC que é a passagem, a tarifa do ônibus, caiu praticamente pela metade. E essa é a razão, já respondendo a terceira pergunta, são todas um pouco conectadas, essa é a razão da queda da receita de serviços. O FUC, por ser receita pública, uma classificação contábil, poderia não ser, aliás, digo desde já, pretendemos que não seja, porque o Município paga Pasep, ou seja, 1% desse recurso vai para a União Federal, que é uma coisa absolutamente irrazoável. É algo grotesco a União Federal receber 1% do valor da tarifa de ônibus. Então, nós queremos mudar essa realidade, inclusive mudando a composição do FUC, para economizar esses oito milhões de reais por ano que nós pagamos de Pasep, só do FUC. Aliás, aproveitado esse espaço, eu diria que hoje o Município tem uma ação judicial que discute valores do FUC pretéritos. A Receita Federal autuou o Município no período de 2000 e alguma coisa, até 2017, 18, por não recolher valores, em especial do Pasep do FUC. Esse valor está em torno de duzentos milhões de reais. Estamos discutindo no STJ, e tem o Supremo Tribunal Federal, mas é um valor muito significativo. Só fiz esse parêntesis porque é uma informação importante, do ponto de vista fiscal, para a Prefeitura. Então, a queda das receitas dos serviços é justamente a queda da receita do FUC. Mas, ressaltando, não há um desequilíbrio, há justamente, ao contrário, Curitiba optou por aportar recursos, é por isso que o recurso público existe, para manter os serviços funcionando. Com relação ao Fundo de Aval, a contabilização desses valores só ocorre caso exista inadimplência. Então, existe um valor reservado, de dez milhões de reais, já foram tomados em torno de três milhões de reais, mas esse dinheiro não saiu da conta do Município, ele vai sair se o credor, se o empresário que tomou esse recurso não pagar. Aí o Município equaliza uma parte desse Fundo de Aval. Com relação aos restos a pagar, e aqui é preciso esclarecer uma coisa, o que geralmente é manchete de jornal, "a União tem não sei quantos bilhões, ou trilhões, em restos a pagar". Eu diria assim, pouco importa a quantidade de restos a pagar, o que importa é o número de restos a pagar vezes o saldo disponível para pagamento. Se o município tivesse um trilhão de saldo a pagar, e um trilhão de restos a pagar, e um trilhão em caixa, não teria nenhum problema. Esse acréscimo de duzentos e pouco para seiscentos milhões de reais significa, em especial, valores empenhados para obras. O Município empenhou em torno de duzentos, superior a duzentos milhões de reais para obras, ao final do exercício 2020. E por que empenhou? Por diversas razões. A primeira que às vezes o Município precisa empenhar esses recursos para receber os valores de convênio, então, fica o empenho já assegurado. Depois, quando vem o recurso de convênio, isso é liquidado, e também em razão do Art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Município realizou diversas contratações, porque tinha condições para fazê-lo, ao longo do exercício de 2020, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, exige que não



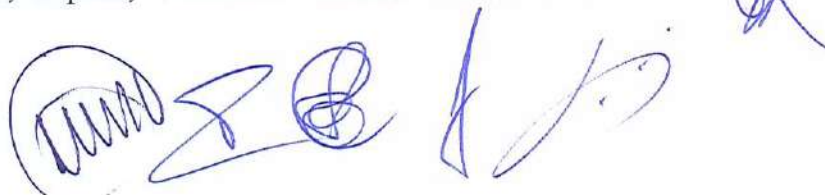
apenas a prestação mensal seja empenhada, mas o valor correspondente a todo o exercício subsequente. Então, nós temos aí valores empenhados bastante significativos, em razão também do Art. 142, da LRF. Com relação ao ensino, e aí me permito avançar um pouco na pergunta do Vereador João da 5 Irmãos, que é com relação ao índice. Nós tivemos uma manutenção do índice. Mas, o índice, por si só, não significa nada, o que importa é a qualidade do gasto. Então, eu acho que nós temos que ter inteligência quando debatemos índice, seja educação, seja saúde, porque não significa que a educação vá deixar ou tenha que ter recursos equivalentes a um percentual. Nós precisamos assegurar a qualidade do gasto, precisamos assegurar o serviço prestado, porque não é segredo, muitos municípios tiveram dificuldades de cumprir o índice de 25% em razão da pandemia. Existe uma notícia, se não me engano da CNN, que dá conta que mais de mil municípios não cumpriram, ou não cumpririam, em 2020, o índice de 25%. E o que acontece? Acontece que alguns municípios tentam fazer malabarismos para chegar nesse índice. Não é o caso de Curitiba, mas muitos acabam utilizando práticas não ortodoxas, vamos dizer assim, para chegar nos 25%, (T) e aí são gastos desnecessários. Olha, se nós não tivemos a aula virtual, que exige também recursos, mas em valores muito menores, porque você não tem as despesas com a manutenção das escolas, limpeza, enfim, da forma como eram, não tem justificativa para se exigir os 25%. Tenho convicção disso e tenho defendido isso junto à Associação Brasileira dos Secretários de Finanças das Capitais da qual sou Presidente, é uma visão unanime dos secretários, há necessidade de se enfrentar, mas ser enfrentado com cautela. Não é possível, simplesmente, quando vem uma proposta de unificação de índices, dizer que não vai tirar o dinheiro da saúde, da educação. Não é assim que acontece, porque esses serviços são permanentes. Agora, é claro que é preciso verificar a queda no número de matrículas de determinados municípios, o fato de a população de cidades como Curitiba estar envelhecendo, é preciso calibrar tudo isso. Claro, assegurar os recursos para educação, mas ter uma discussão mais profunda com relação aos índices. A saúde, por que apresentou queda, embora o gasto financeiro tenha sido maior? Em razão do computo dos recursos da União Federal. Então, existe o cálculo da Saúde, ela não computa na base todos aqueles recursos recebidos de transferências do SUS. Então, nós computamos uma parte disso em razão da saúde, boa parte de a saúde ter sido bancada pelo Governo Federal em 2020, não só em Curitiba como em todo Brasil, isso não refletiu no aumento tão expressivo, mas acabou ocorrendo uma queda do índice na prática. O desafio, Vereadora Professora Josete, será manter esses serviços sem os recursos da União Federal, um desafio não só de Curitiba, é claro que Curitiba tem condições de mantê-los em razão da sua situação fiscal, pelo menos ao longo desse ano, mas muitos municípios não terão essas condições. Então, será um desafio muito grande ao longo desse exercício. Com relação à PEC Emergencial, redução de salários, precisamos ver, primeiro, o que vai ser votado no Congresso Nacional, mas tenho desde já uma reflexão, também, sobre a outra ótica, falei do índice de Educação que pode parecer um exagero fiscal, mas sobre outra ótica, essa PEC Emergencial prevê que quando o ente público atingir 95% a despesa de custeio, lá de uma base de cálculo, obrigatoriamente é preciso lançar mão de alternativas. Mas existem cidades que já estão maduras do ponto de vista da despesa pública e existe uma despesa de custeio muito significativa, às vezes, o investimento não é tão alto, 5% de investimento com orçamento de dez bilhões de reais, são quinhentos milhões de reais e, às vezes, o ente subnacional não consegue gastar isso. Então, a dificuldade que se tem no Brasil é a partir de critérios únicos estabelecidos pelo Congresso, medirmos o País inteiro com suas realidades completamente diferentes, Norte, Sul. Vamos primeiro aguardar o que vai ser apresentado para depois verificar. Mas, obviamente, Curitiba não tem em vista a redução de salários, pelo menos a médio e curto prazo. Com relação às perguntas da Vereadora Indiara Barbosa. O SR.



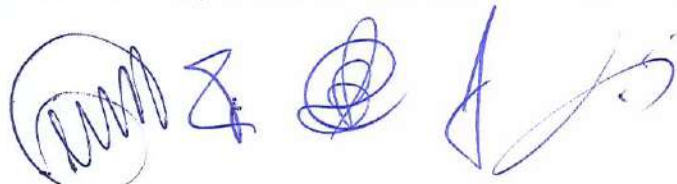
PRESIDENTE:- Sr. Secretário, eu vou pedir um minuto para encaminhamento à Mesa. Vereadora Indiara Barbosa, para formular requerimento à Mesa. A Sra. Indiara Barbosa:- Nós solicitamos a prorrogação da Sessão por mais vinte e cinco minutos. O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal da Vereadora Indiara Barbosa, que solicita a prorrogação da Audiência Pública por mais vinte e cinco minutos. (Pausa). APROVADO. Cumprimentamos o Deputado Fernando Francischini que está prestigiando esta Audiência Pública. Obrigado pela sua presença. Devolvemos a palavra ao Secretário Vitor. Peço para que enxugue um pouco e seja mais sucinto, para que os Vereadores e os inscritos pelas redes sociais possam formular suas perguntas. O SR. VITOR PUPPI:- Com relação às perguntas da Vereadora Indiara Barbosa. A apresentação que o Presidente Serginho do Posto cobrou, eu gostaria de esclarecer o seguinte: nós publicamos os relatórios no site, no Portal da Transparência, dos resultados fiscais quadrimestrais. É claro que todos aqueles números exigem uma interpretação. Nós fechamos a nossa apresentação geralmente na noite anterior aqui à Câmara, porque são muitos dados. Então, exige também revisões dos nossos departamentos de contabilidade, da nossa superintendência, da diretoria de orçamento nesse sentido. Acho que isso pode ser, Vereadora, superado com esse processo de interação sugerido por V.Exa., estamos à disposição para interagir com a Comissão, como sempre estivemos, e sanar quaisquer dúvidas com relação a esse período. Com relação às perguntas do Vereador João da 5 Irmãos, eu já disse, com relação à investimentos, nós temos uma carteira de investimentos superior a um bilhão de reais, em especial a recursos do BID para a nova modelagem do Inter II e, também, da FD para o bairro da Caximba, isso calculamos uma estimativa de oitenta e cinco mil empregos diretos e indiretos para a Cidade de Curitiba ao longo dos próximos anos. Com relação a 2021, os investimentos, os nossos compromissos permanecem, assim como a previsão orçamentaria, e nós temos utilizado, em grande parte, nosso esforço fiscal para fazer investimentos na cidade, um exemplo, só para materializar isso, o Ligeirão linha sul, que temos bancado com recursos próprios do Tesouro, em torno de trinta milhões de reais. São estes recursos que temos utilizado do esforço fiscal para fazer mais obras e mais investimentos na cidade. Com relação às perguntas do Vereador Jornalista Márcio Barros, agradeço as colocações, temos aí, como o Prefeito Rafael Greca já mencionou, uma previsão em torno de cem milhões de reais, se necessário, para adquirir vacinas. Curitiba pode adquirir vacinas, pode ir até um pouco além disso, mas nós temos, sim, condições. É claro, tem que abrir oportunidades, acompanhei o Vereador Ezequias Barros no início da audiência, é preciso que o Governo Federal não exerça essa opção de compra ou abra espaço, realmente, para que os municípios comprem. Nós temos conversado com diversos laboratórios, eu mesmo conversei com a Pfizer, com a AstraZeneca, com o Butantan, o Barat, que é da Covaxin, conversamos com estes laboratórios e estamos aguardando uma definição por parte deles se podem, se vão ou não vender para o Governo Federal. Mas, é claro, se não venderem para o Governo Federal e abrirem espaço, certamente, Curitiba vai adquirir as vacinas, sim. Finalmente, com relação à posição de Curitiba com as outras capitais. Nós temos alguns índices, a própria Secretaria do Tesouro Nacional verifica isso por meio da Capag. Mas é difícil comparar, por exemplo, nós temos cidades mais novas como Palmas, que tem um sistema previdenciário novo, um peso diferenciado nesse sentido, e cidades mais antigas como Porto Alegre, São Paulo, que já têm um funcionalismo que pesa bastante, assim como Curitiba. Mas Porto Alegre, por exemplo, tem uma situação muito mais delicada nesse sentido. Mas posso, depois, estou à disposição, Vereador, para conversarmos aí sobre as Capitais do País, até porque, acompanho isso de perto na Abrasf. Era isso. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. Nesse próximo bloco, vamos ampliar para quatro perguntas, para darmos celeridade a esse processo. Vereadora Carol Dartora, Vereadora Noemia Rocha, Vereador Pier Petruzzello e Vereador Denian Couto.



Concedo a palavra à Vereadora Carol Dartora. A Sra. Carol Dartora:- Cumprimento ao Secretário Vitor Puppi, aos Vereadores, às Vereadoras e todas as pessoas que estão nos acompanhando pelas redes sociais. Nós lemos atentamente o relatório e surgiram algumas perguntas que desejamos fazer. Eu só não sei, eu também tenho que fazer três perguntas ou posso fazer mais? O SR. PRESIDENTE:- A senhora pode fazer dentro do tempo de três minutos. A Sra. Carol Dartora:- Então, o resultado orçamentário caiu de seiscentos e vinte e oito milhões de reais para cento e trinta e dois milhões de reais, resultado de queda da receita de 0,9%, e o aumento da despesa de 4,7%. Houve queda da receita tributária e ICMS e FMP. Sabemos que a receita foi afetada pela pandemia e a despesa teve o impacto no gasto da Saúde. Além desses aspectos, há outros que afetaram esse resultado? Qual a perspectiva para 2021, não só olhando a LOA, mas já com praticamente dois meses transcorridos? E mesmo com a queda da receita e aumento da despesa, o resultado primário foi superavitário, em duzentos e cinquenta e três milhões, além da redução de juros e amortização da dívida, conforme a Lei Complementar nº 173. Quais os outros fatores ajudaram nesse resultado? O percentual constitucional de gasto com saúde caiu de 21,84% em 2019, para 20,11% em 2020. Quais as razões da queda deste gasto? E não conseguimos ver nesses números como o orçamento é destinado às crianças, aos idosos, às famílias em condições sociais econômicas vulneráveis. Gostaria de propor uma nova abordagem das contas públicas e onde possamos saber e verificar como esses recursos atendem a esses segmentos da população. Nós temos algum meio para verificar isso? Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Próxima inscrita, Vereadora Noemia Rocha. A Sra. Noemia Rocha:- Obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Vereador Serginho do Posto na condução da audiência, cumprimentar o Secretário Vitor Puppi, que tem feito um excelente trabalho. Estava vendo ali os números e falei: "Se eu for Prefeita da cidade, o Vitor vai ser meu Secretário de Finanças". A minha pergunta: Entendemos que a Covid trouxe uma demanda muito urgente, extremamente complexa para a Prefeitura e, também, para a FAS, no acolhimento às crianças, aos adolescentes, às mulheres em vulnerabilidade de risco de uma forma segura durante a pandemia. E aí foram chamadas algumas instituições, e quero citar três delas: Instituição Encontro com Deus; Fundação Iniciativa e ACRIDAS, que aceitaram esse desafio de montar casas especiais, recebendo com todo cuidado necessário, desde a metade do ano de 2020. Então, essas três instituições foram contempladas com emendas parlamentares, que não receberam ainda. Então, há uma necessidade muito urgente no atendimento dessa demanda, porque eles tiveram que aumentar o número de funcionários, de equipamentos e eles estão com uma necessidade urgente. Aí a nossa pergunta: é possível a Prefeitura garantir o repasse desses recursos para essas instituições de linha de frente da população mais vulnerável na pandemia? E as outras emendas parlamentares? Também tem outras instituições, como as casas de recuperação, casas terapêuticas que estão passando por uma necessidade emergencial, porque também se propuseram a receber a população em situação de rua. Esta é uma pergunta que eu gostaria da resposta. E citei as três, porque eles estão nos acompanhando nesta Audiência Pública, estão presentes conosco, as casas terapêuticas e representantes também. Eu vi que tem trinta e um milhões no FUC - Fundo de Urbanização de Curitiba, este valor é referente somente ao transporte coletivo, ou é todo mobiliário urbano que é gerido com esse recurso do FUC? E se esse investimento contempla ou leva em conta os mesmos que são de responsabilidade das empresas de transporte. E outra pergunta: os cem milhões que foram mencionados hoje na Câmara, que estão disponíveis para a compra de vacina, qual a origem desses recursos, se é só um orçamento do Município ou se tem recurso do Governo Federal e Estadual? Muito obrigada ao senhor e a toda a sua equipe, que tem feito um trabalho excelente. O SR. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Vereador Pier Petruzzello e, depois, Vereador Denian Couto. O Sr. Pier

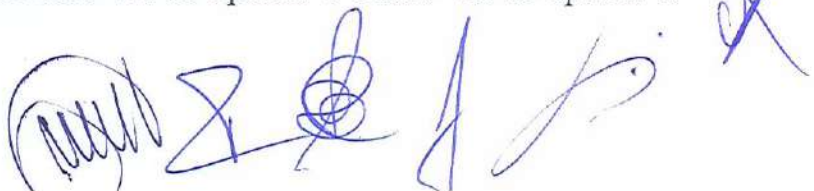


Petruzzello:- Obrigado, Sr. Presidente. Antes de tudo, quero cumprimentar o Secretário Vitor Puppi, e também agradecer ao Secretário o fato de ele ter permanecido na gestão do Prefeito Rafael Greca. Eu acredito que essa permanência tenha sido resultado de frutos que o Secretário colheu ao longo do tempo com muito trabalho, muita dedicação e, também, um exame de consciência do próprio Secretário, que precisamos muito dele à frente da Prefeitura de Curitiba nas Finanças. Vitor, a pergunta é bastante simples, porque eu, além de ser um admirador seu, pessoal, como Parlamentar quero saber, porque nós caminhamos de 2016 até 2020, e se fizermos um histórico daquelas lutas que tivemos, o João está aqui e não estava na época, a luta que foi em 2016, (I) para aprovar o plano, chegar em 2017, 2018 com a economia de Curitiba absolutamente aprovada. E hoje as contas estarem absolutamente em dia, com fornecedores em dia, o sacrifício que isso foi, você iria se orgulhar de estar aqui naquele momento. A pergunta é direta: qual é o desafio para os próximos quatro anos? Acho que precisamos entender do Secretário de Finanças qual vai ser o desafio do Secretário, da Secretaria de Finanças para que Curitiba se mantenha nesse caminho de, absolutamente, um exemplo para o Brasil. Além da nota A, nós sabemos tudo aquilo que Curitiba tem feito na Secretaria de Finanças. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Denian Couto, a quem concedemos a palavra. O Sr. Denian Couto:- Agradeço e cumprimento o Vereador Serginho, parabenizo pela Comissão. Agradeço e quero saudar o Secretário Puppi pela disposição de acolher as questões dos Vereadores aqui na Câmara Municipal. Na verdade, tenho três questões, uma delas depois vou formular por escrito e vou encaminhar ao Secretário, porque envolve Cohab, ICS, Urbs, e são questões que demorariam tempo demais aqui para explanação e penso que posso fazer por outro caminho. Mas são duas questões que eu gostaria de uma resposta agora, são questões que me parecem simples, até para a compreensão da população. A primeira é a seguinte: durante o período de pandemia, eu queria saber do Secretário o quanto a Prefeitura investiu nos veículos de comunicação com publicidade e propaganda? Quanto de dinheiro público foi destinado às emissoras de televisão? Se puder detalhar quais emissoras e o quanto elas receberam, as emissoras de rádio de Curitiba, os portais, os blogs. E a segunda pergunta é baseada no Refic, mas sobre o outro tributo, o ITBI. E perguntar ao Secretário se há alguma disposição da Prefeitura para parcelar o ITBI, o que auxiliaria demais o contribuinte nesse momento difícil da economia que atravessamos. Obrigado, Presidente Serginho, obrigado, Secretário. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Secretário Vitor Puppi. O SR. VITOR PUPPI:- Eu agradeço as perguntas, todas muito bem colocadas. Eu poderia passar mais tempo aqui, aliás, estou à disposição para passar mais tempo para responder aos Sr. Vereadores. As perguntas da Vereadora Carol Dartora, muito bem colocadas, algumas me parece que já respondi, então, serei bastante objetivo na linha de resposta. O resultado orçamentário do Município foi menor do que em 2019, é claro, em razão da pandemia, queda de receitas e aumento de despesas. Mas, mesmo assim, foi um resultado positivo, ele não foi um resultado negativo, ou seja, o Município conseguiu bancar com os recursos do ano a sua atividade daquele exercício. Quando o resultado orçamentário é negativo, significa que o Município está utilizando outros recursos. Se o Município tem recurso, como é o caso atual, com a Cidade de Curitiba não há problema, o Município vai bancar uma parte disso com suas reservas, é natural que assim o seja. O problema é quando o Município não tem recurso. Aí, o que acontece? Começa atrasar as faturas, contas, e, na última linha, os salários. Aliás, se qualquer Vereador quiser, em qualquer momento, saber a efetiva situação de qualquer cidade, ligue para os cinco, dez maiores fornecedores e pergunte como estão os pagamentos. Porque isso não aparece nas apresentações ou nas audiências públicas. Então, se estão em dia os cinco, dez maiores, é por aí que as coisas devem estar bem ou mal na hipótese de não estar. A perspectiva para 2021 é um desafio, temos aí dúvidas se o Governo



Federal vai enviar recursos, que quantitativo de recursos, porque existiram contratações contínuas, especial na saúde, para a manutenção desses serviços, então, depende muito disso. Claro que temos aí um cenário muito diferente em fevereiro do que era em maio, junho, aquela incerteza enorme que existia, mas, mesmo assim, estamos aguardando para verificar se a pandemia vai se agravar, não vai se agravar, se as vacinas vão chegar rapidamente, ou não. Então, para nós, Vereadora, é extremamente difícil, porque a nossa premissa número um, o nosso valor número um na Secretaria de Finanças é a previsibilidade, e esse mais um ano, de certa forma, imprevisível. O nosso conforto é que temos aí reservas financeiras, até mesmo em razão da aprovação do Fundo pela Câmara que garante à cidade manter os seus serviços e manter os pagamentos em dia. Com relação ao resultado primário, ele sempre se inicia negativo, porque o cálculo no orçamento, você não consegue mostrar o pagamento de dívida e juros. Nós sempre temos recursos orçamentários reservados nesse sentido, mas sempre contando, trabalhando com a arrecadação, com o excesso de arrecadação para que consigamos fazer frente às obrigações durante o exercício. Esse ano, em especial, tivemos a suspensão de alguns contratos de dívidas por Lei Federal com a Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES, isso também repercutiu no resultado primário. O percentual da Saúde eu já respondi. Os recursos na Saúde aumentaram, boa parte disso foi devido à injeção de recursos do Governo Federal, e isso não reflete no índice, mas se formos olhar o gasto em si, financeiro, ele aumentou. Assim como na assistência social. E aí respondendo a última pergunta, Vereadora, eu não tenho aqui o detalhamento de quanto é cada um dos segmentos, idosos, enfim, mas Curitiba tem fundos específicos para essas situações. Mas temos aí um número integral de assistência social que aumentou muito entre 2019 e 2020, e desde 2013 também vem aumentando. Agora a aplicação específica eu peço escusas, talvez possa se questionar a FAS com relação a cada um desses segmentos, porque ela gere esses recursos. Nós acabamos só olhando do ponto de vista global. Com relação às perguntas da Vereadora Noemia, agradeço muito, fico lisonjeado pelas colocações. Com relação às emendas. As emendas, temos duas situações em razão do ano passado, as emendas de 2020 que foram empenhadas, ou seja, as que puderam ser empenhadas pela FAS ou por qualquer outro órgão, elas serão pagas assim que puder existir a liquidação. Assim que for prestado o serviço, efetuado a contraprestação. As emendas que não foram empenhadas, e aí é preciso verificar lá com cada órgão, se é na FAS, se é no esporte, essas ficaram no orçamento passado, essas não poderão ser pagas. Porém, as emendas de 2021 estão garantidas no orçamento, já estão liberadas. A sugestão da Secretaria de Finanças é que gestionem junto à Secretaria de Governo Municipal para encaminhar essas emendas, mas, do ponto de vista orçamentário e financeiro, as emendas de 2021 já estão liberadas. Com relação à composição do FUC, basicamente recursos de tarifa. Nós temos algum aporte pequeno, diria, às vezes, menor de 1% para mobiliário, manutenção, porque isso se compõem dentro da tarifa ou está fora, em alguma secretaria. A Secretaria de Obras, a Secretaria de Governo Municipal, também recebem recursos para a manutenção da Cidade. O FUC, 98%, 99% é originário da passagem do ônibus. E, claro, agora com subsídio. Quando existe subsídio esse subsídio vai ao FUC e ele é gerido pela Urbs. Então, o Município aportou, salvo engano, não sei se respondi à Professora Josete, dezessete milhões, em torno disso, em janeiro, e dezessete milhões em fevereiro. Mas nós estamos aguardando, volto a dizer, uma sinalização do subsídio estadual, não é possível que a cidade dependa desses recursos para manter o transporte e ela banque a operação inteira da Região Metropolitana na cidade. Com relação à origem da vacina. É 100% Tesouro Municipal. Não temos nenhum recurso do Governo do Estado ou da União Federal, e a origem é o Tesouro Municipal, e a origem é o nosso superávit, o nosso resultado financeiro dos exercícios anteriores. Então, temos esse recurso para enfrentar essas questões, como investir na Cidade. Com relação às


perguntas do Vereador Pier, poderia passar muito tempo falando sobre os desafios. A cidade sempre vai ter desafios, porque a situação fiscal hoje, mesmo na pandemia, se encontra equilibrada, temos que pensar a médio e longo prazo. E, pensando a médio e a longo prazo, temos sim desafios grandes na Cidade de Curitiba e, que, mais uma vez, obviamente, a Câmara será chamada à sua responsabilidade. Uma delas eu já disse, tenho insistido nessa audiência, a questão do transporte público. A lei emergencial que foi aprovada na Câmara, me parece, talvez, seja boa, porque não é boa nem para as companhias que a toda hora reclamam dela, e não é boa para o Tesouro, que toda hora aporta recursos para manter o sistema funcionando. Talvez até por ser tão ruim, ela seja boa, mas a manutenção desse volume de recursos do Tesouro Municipal para funcionamento de transporte é temerário. Cento e noventa milhões de reais, para se ter uma ideia da grandeza, é o nosso contrato do lixo. Então, é como se a cidade bancasse o contrato do lixo do ano inteiro com aportes aí ao FUC, para manter o transporte funcionando. Volto a dizer, é um aporte necessário, a população precisa do transporte público, mas não é só Curitiba que precisa ser chamada a essa responsabilidade. Temos desafios na previdência, isso no País inteiro. Eu demostrei que o nosso número, o nosso aporte subiu de trezentos e cinquenta para quatrocentos e trinta nesse ano. Um volume grande, mesmo com o decréscimo de receita. E aí não tem margem, se temos uma obrigação, nós tratamos com obrigação primordial os aportes de previdência, e tivemos uma receita menor, nós temos que enxugar a despesa de algum lado. Isso em qualquer orçamento público é assim que se faz, nós temos enxugado para garantir a previdência. É claro, temos condições para fazer isso, mas a médio prazo, certamente, isso vai ter que ser tratado. E outra questão, obviamente, são os planos de carreira, nós temos que ver o que o Governo Federal vai encaminhar a título de reforma administrativa, mas temos que ter um plano de carreira que garanta a motivação do servidor, eu sou servidor público, então, que o servidor se sinta motivado, mas como premissa inicial que não seja um taxímetro ligado automático para o Tesouro Municipal. O Tesouro Municipal não comporta promoções, progressões automáticas, aquele modelo que foi pensado e não foi pago na gestão anterior ao magistério. O Município não consegue bancar. Então, temos o desafio de achar um sistema que seja bom para o servidor, mas que também não atribua uma responsabilidade automática e imediata para o contribuinte, que no final paga essa conta. Finalmente, as perguntas do Vereador Denian Couto. Com relação ao veículo de comunicação, temos aí um orçamento liquidado com as empresas de comunicação, mas, no ano inteiro, em torno de nove milhões, deixa eu ver se tenho esse dado aqui, nove milhões e quinhentos mil reais, mas não tenho o dado específico agora, isso durante todo o exercício de 2020. Posso encaminhar, Vereador, peço que essa pergunta seja encaminhada para a Secretaria de Comunicação que faz aí a divisão dos veículos de comunicação e é responsável pela gestão do recurso. Isso aqui é um número global, eu não tenho o que é televisão, o que é rádio, o que é jornal, mas isso pode ser esclarecido com a Secretaria de Comunicação. Finalmente, em relação ao ITBI. Hoje estamos aceitando, a Prefeitura começou a aceitar cartão de crédito, não só para o ITBI, como, também, para outros tributos. Muita gente já lançou mão do pagamento do IPTU que, aliás, tivemos um acréscimo, isso um dado interessante, um dado mais fresco, mas tivemos um acréscimo no número de pagamentos à vista em 2021 do que foi em 2020. Isso demonstra algumas coisas, volto a dizer, existe uma liquidez na economia brasileira, tanto que a inflação já começou a aparecer, mas também aí no IPTU tivemos um volume maior do pagamento à vista. No ITBI, Vereador, vamos ter, estamos estudando aí um desafio lançado em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal. Queria esclarecer isso porque aprovamos na Câmara em 2017, até por força de uma Lei Federal, que o ITBI deveria ser cobrado na escritura, e não no registro da matrícula do imóvel. Agora o Supremo deu uma decisão diferente, estamos estudando se isso vai se aplicar e como vai se aplicar à



Curitiba, e talvez tenhamos, se for o caso, que modificar essa sistemática. Ainda estamos estudando e, volto a dizer mais um dado, o parcelamento era utilizado por 6% dos contribuintes quando nós mudamos a lei. Então, era um valor não tão significativo, até porque a pessoa que vai comprar um imóvel tem que colocar os 2,7%, se é acima do nosso piso, nessa conta. Mas com o cartão de crédito eu espero (A) que isso facilite ao menos um pouco para o contribuinte, temos trabalhado nesse sentido. Aliás, gostaria de aproveitar, Vereador, ficou uma tela fora da minha apresentação, para dizer que implementamos em Curitiba o Procec. Procec é o processo eletrônico seja para impugnação de IPTU, ISS, as próprias guias do ITBI. Nós conseguimos uma redução do ISS de 50% com relação ao tempo que o contribuinte levava para usufruir de algum serviço público. O IPTU não tivemos filas, é preciso lembrar que em alguns anos se filmava isso nas ruas da cidadania ou na Prefeitura nós não tivemos filas para impugnação de IPTU, também em razão desse processo digital que começou a ser implementado o ano passado e agora ganhou mais fôlego, e também o nosso objetivo é facilitar a vida do contribuinte. Claro, sempre existem limites, mas temos trabalhado nesse sentido. É isto, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário, eu peço a gentileza, neste momento eu devolvo a Presidência ao Presidente Tico Kuzma. Pergunto, se é possível Vossa Senhoria ficar após o encerramento da Sessão, para que tenhamos a participação de três Vereadores inscritos e também a participação dos cidadãos que enviaram as suas perguntas. Após o término desta Sessão estenderemos por mais vinte minutos, acredito que serão superados todos os questionamentos. O SR. VITOR PUPPI:- Estou à disposição. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. De imediato passo a Presidência ao Vereador Tico Kuzma. O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Obrigado, Presidente Serginho do Posto. Cumprimento o Secretário Puppi. Muito obrigado pela participação na Audiência Pública. Encerrado o tempo regimental, solicito aos Vereadores e Vereadoras que registrem suas presenças. (Os Srs. Vereadores registram suas presenças no painel eletrônico). O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Encontram-se presentes 37 (trinta e sete) dos Srs. Vereadores. Esgotado o tempo regimental, damos por encerrada a presente Sessão, convocando outra, Ordinária on-line, para segunda-feira, dia 1º de março, à hora regimental, com a Ordem do Dia publicada no Diário da Câmara. Vamos encerrar a Sessão e continua a Audiência Pública. Está encerrada a Sessão às 12h10min. (É reiniciada a Audiência Pública). O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Presidente Tico Kuzma. Dando continuidade à Audiência, temos inscritos os Vereadores Maria Leticia, Herivelto Oliveira e Mauro Bobato. De imediato passo a palavra à Vereadora Maria Leticia. A Sra. Maria Leticia:- Bom dia a todos e todas. Serei breve, cumprimento aqui o Secretário Puppi, já cumprimentando pela excelente condução da Secretaria. Ontem tivemos aqui uma Audiência Pública da Saúde e a Secretária deixou bastante claro que a situação da pandemia vai se estender. E ela está num momento muito grave, hospitais quase lotados, as vacinas agora, tenta Curitiba comprar a sua própria vacina, a situação está bastante complicada. O que significa dizer que a condição da pandemia vai se alongar. Nós vimos durante esta fase que as pessoas tiveram dificuldades com seus empregos, perderam sua fonte de renda, serviços não essenciais como bares e restaurantes fecharam, abriram, conforme as bandeiras que a necessidade definia, enfim, houve um impacto não somente sobre a saúde das pessoas, mas também um impacto sobre a economia de cada indivíduo curitibano. Sendo breve, eu fiz duas proposições ao Executivo que gostaria de tomar a sua opinião aqui, uma delas foi suspender a aplicação da correção sobre o IPTU e a outra foi utilizar o fundo que existe previsto para o pré-carnaval e carnaval na Cidade de Curitiba, para gerar um recurso para pessoas que participam desse período que são pessoas que vivem muitas vezes numa situação, eu na posso usar o termo clandestinidade, mas são pessoas que não têm vínculos empregatícios, por exemplo, iluminadores, costureiras e que acabam não tendo o seu

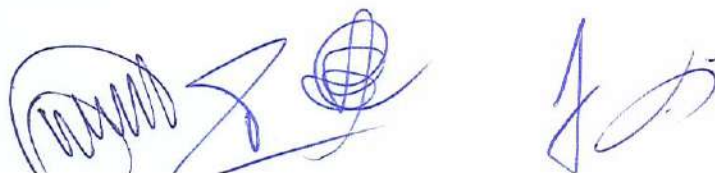


recurso da festa de carnaval. Então, a pergunta é sobre a viabilidade de se poder atender essas pessoas usando o fundo, porque eu lembro ao senhor que o fundo já foi utilizado, nos votamos aqui na Câmara e o fundo foi utilizado e o senhor mesmo disse, para o transporte coletivo, um recurso bastante alto. E o senhor falava agora durante a sua apresentação também sobre a cidade de Curitiba cumprir a sua função social. Então, a gente fica muito satisfeito por um lado, porque a cidade enfrenta uma situação de pandemia com recursos no caixa para atender situações que não seriam evidentemente previstas quando da criação do fundo, por exemplo. E, muito particularmente, a questão do transporte coletivo que atendemos com o fundo, todos os dias recebo fotos de pessoas que se aglomeram dentro dos ônibus, nos terminais. Entendo que houve necessidade de ele atender o transporte coletivo, mas é preciso também ter qualidade de atendimento nesses serviços, para a população que agora se aglomera dentro dos ônibus que receberam um fundo da Cidade de Curitiba para serem atendidos nas suas necessidades. Então, pensando nessa função social, eu gostaria de entender se é possível atender essa demanda, essa solicitação que eu fiz ao Executivo. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Com a palavra o Vereador Herivelto Oliveira. O Sr. Herivelto Oliveira:- Obrigado, Presidente, Srs. Vereadores, Secretário Puppi e equipe e todos que nos acompanham pela internet. Na verdade não tenho nenhum questionamento para fazer ao Secretário, mas apenas uma colocação na mesma linha que fez a Vereadora Noemia Rocha em relação ao pagamento de emendas. Nós já conversamos sobre este assunto na semana passada numa reunião que tivemos, mas nós insistimos realmente para que se alguma emenda ainda puder ser paga que isso seja feito de maneira mais urgente possível. E que também, a partir deste ano busquemos uma forma de acelerar os processos ou fazer com que os processos das emendas corram em conjunto para que não chegue lá em dezembro nos últimos dias e falte um papel, falte alguma coisa, talvez a própria Secretaria colocar um pouco mais de empenho para auxiliar os Vereadores e também as entidades, nós sabemos que as grandes entidades, os grandes players, os grandes hospitais eles receberam o valor das emendas, até porque tem mais estrutura, mas muitas ONGs e pequenas entidades que nós destinamos emendas, as que mais precisam neste momento, estão a mingua esperando a liberação desses recursos. Então, só gostaria de fazer essa observação, Secretário, e parabenizá-lo pela condução da Secretaria. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador. Com a palavra o Vereador Mauro Bobato. O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente. Desejar as boas-vindas, bom saber que vamos ter a sua companhia, Vitor, desejar sucesso nessa nova empreitada. Eu queria ser um pouco pragmático. Seguindo a linha do que o Pier colocou, se você tem o número do Fundo de Aval, o que foi utilizado do Fundo de Aval para o microempreendedor e se existe alguma... a retomada econômica é um dos desafios, a pandemia ainda está aí, prossegue e nós vamos ter que fazer os ajustes necessários e tentar retomar a economia para que se aqueça e o Município consiga ter um fôlego maior. Se tem alguma iniciativa nessa linha, se está tendo algum debate. Nós vivemos nesse dilema aqui, por exemplo, o pessoal que tem os centros de eventos não estão conseguindo fazer, sei que não é a sua função, é o comitê de ética médica, mas também não conseguimos abrir os salões de eventos aqui dentro de Curitiba e na região metropolitana eles estão funcionando. Procurar caminhos para auxiliar esses empresários que querem trabalhar ou minimamente que eles tenham o benefício fiscal. Sei que é difícil falar isso, Vitor, mas se não podem trabalhar pelo menos que tenham a isenção pelo período que não vão poder trabalhar. O Município precisa arrecadar, mas se as pessoas não têm o direito de trabalhar que pelo menos tenham a isenção. Eu sou contrário, quando começamos a colocar aqui: solicito isenção de IPTU... alguma solicitação da abertura da taxa... porque entendo que o Município tem que funcionar, mas se a pessoa não pode trabalhar também ela não tem como colaborar, como contribuir. Se tem algum caminho para a gente seguir



isso aí. Fora isso, Agência Curitiba, Vale do Pinhão, nós buscarmos, não é função específica da Prefeitura, mas nós buscarmos, e eu sei que você tem expertise para isso, buscarmos ser um incentivador da economia, fazer ela voltar mesmo com as restrições que temos que seguir agora, mas tentar fazer voltar. E sobre o Fundo de Aval, quanto do Fundo de Aval foi buscado empréstimos nesse sentido, se o pessoal utilizou mesmo isso. Obrigado, Vitor, sucesso na caminhada. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador. De imediato passo a palavra ao Secretário Vitor Puppi para fecharmos esse bloco e depois abriremos as perguntas enviadas pelos cidadãos que estão acompanhando esta Sessão. Obrigado. O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Começando com as perguntas da Vereadora Maria Leticia e aí já respondendo a primeira pergunta do Vereador Mauro Bobato. Fundo de Aval. Só para dar um contexto aqui com relação as atividades da Prefeitura. Nós aportamos, reservamos dez milhões de reais que se multiplicam por dez em razão da sociedade garantidora, equivale a cem milhões de reais em garantias na praça. Deste valor, foram tomados em garantia três milhões de reais, em torno disso, até agora em fevereiro de 2021, este é o dado da Agência Curitiba que administra esse programa. Se for necessário podemos estudar inclusive a majoração do aporte do Município nesses valores, mas por enquanto tem sido suficiente os dez milhões. Nós estamos tentando divulgar mais, facilitar a vida em outras instituições financeiras, este é um trabalho que a Agência Curitiba tem feito. E com relação ainda, Vereadora Maria Leticia, a esta questão do carnaval, do auxílio, das pessoas que precisam, o que a Prefeitura fez até agora. Ela fez nos limites que lhe são possíveis, inclusive, esse Fundo de Aval, a instituição de um refic que vai acabar agora no final do mês de fevereiro que facilitou o pagamento de dívidas dos contribuintes, subvencionamos também algumas atividades, por exemplo, aliviámos pagamentos de outorgas de Urbs, táxi, vans, atividades que poderiam ser impactadas, que foram impactadas durante a pandemia. (P) Também existiu recurso disponibilizado pela Lei Aldir Blanc, em especial na parte da cultura, então a Prefeitura antecipou esses recursos, lançou editais ao longo desse último ano para atender a classe dos artistas. É claro que existe, como V.Exa. falou, toda uma cadeia que envolve esse setor. A pessoa que trabalha na iluminação, na limpeza, na alimentação e o Município não consegue ter, vamos dizer assim, essa penetração para chegar nessas pessoas. Essas pessoas têm recebido o auxílio do governo federal, o auxílio emergencial, então esse recurso tem se mostrado importante para essas pessoas. A Prefeitura tem limites e no ano passado também tivemos limites em razão da legislação eleitoral. Mas estamos abertos sim, vamos estudar a proposição que V.Exa. encaminhou e, no que for possível, inclusive com recursos do fundo, que foram direcionados também para o transporte público, é verdade, mas se for possível atender, no que for possível, nós o faremos, independentemente de qualquer conotação política. Com relação ao IPTU, essa é uma conversa que também tem que ser analisada com profundidade. Em 2014 Curitiba fez a revisão da planta genérica do IPTU. O que aconteceu foi que, ao contrário de outras cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, Curitiba decidiu não passar todo o aumento de um exercício para o outro e aí ela utilizou gatilhos. Vamos dar um exemplo aqui, um imóvel que tinha valor inicial de cem mil e depois foi atualizado para quinhentos mil reais. Esse exemplo acontece a todo momento, em especial nos prédios mais antigos da cidade, apartamentos em áreas nobres da Cidade de Curitiba. O correto seria cobrar os quinhentos mil reais, porque esse é o valor da base de cálculo sobre a alíquota, que permaneceu e sempre foi a mesma. O que acontece é que aí sim se teria um incremento, vamos esquecer a isenção, num quadro hipotético, de mil reais para cinco mil reais, de um exercício para o outro. Então, Curitiba foi concedendo gatilhos com a inflação e mais um percentual menor de reajuste a cada ano. Agora, a cidade poderia ter feito de outra forma, mesmo na época, mesmo em 2017, quando optou-se por manter esses gatilhos. O que acontece é que esses gatilhos terminaram agora em 2021, então a

cidade vai precisar estudar e certamente isso passará depois pela Câmara Municipal, como será o futuro do IPTU na Cidade de Curitiba. O fato é que os valores venais utilizados para o cálculo do IPTU e o valor venal na revisão da planta genérica ainda são discrepantes. Imaginem esse exemplo de cem mil para quinhentos mil, o cálculo subiu de uma base de cálculo de cento e oitenta mil. Então existe ainda um espaço aí, uma diferença entre o valor efetivo da propriedade e o imposto pago. Quero lembrar que o IPTU e, como fiz questão de mostrar na apresentação, Curitiba cada vez mais recebe menos. Recebe menos do governo do Estado, fora a lei da pandemia, recebe menos da União ou a mesma coisa e um valor do FPM não tão significativo. Curitiba hoje depende para manter os seus serviços dos seus recursos próprios e nesse sentido o IPTU é a segunda principal receita, logo após o ISS. Então é claro que existe um cenário econômico agravado, existem dificuldades com relação a pandemia, mas precisamos entender que as pessoas, inclusive na área de saúde, que V.Exa. conhece bem, migraram cada vez mais para o setor público. As pessoas não podem mais pagar o plano de saúde e também agora utilizam o serviço público de saúde, não só Curitiba, como também a Região Metropolitana. Então esse desafio do IPTU terá que ser enfrentado, porque a cidade não pode passar tanto tempo mais congelando para a frente o IPTU. É claro, deve haver uma medida de virtude, a Prefeitura é sensível, o Prefeito em especial é sensível com relação a situação econômica atual, mas precisamos também pensar do ponto de vista de sustentabilidade desse serviço que existe hoje e que é prestado. Então, quando chegar o momento, acho que vamos sim ter que enfrentar esse tema. Com relação a proposição, fico aguardando e estou à disposição também. Com relação a colocação do Vereador Herivelto Oliveira, nós conversamos sobre as emendas, então gostaria de esclarecer que as emendas que foram empenhadas em 2020 serão cumpridas. Por que algumas não foram empenhadas? Ou porque teve restrição eleitoral ou porque às vezes a entidade ou a pessoa beneficiada não tinha as certidões e as condições necessárias para receber as emendas. Isso sempre é verificado pela ponta, pelo órgão em que são destinadas as emendas, seja Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte, a FAS, enfim, eles que fazem a gestão das emendas e mandam depois para a Secretaria, para liberação e pagamento. As emendas de 2021 já estão liberadas, então Vereador, estamos à disposição também, se for possível auxiliar na execução das emendas, mas as de 2021 estão liberadas. As emendas de 2021, que não foram empenhadas, não podem ser cumpridas, porque foram encerradas no orçamento. Precisa ver se tem alguma nessa situação. Finalmente, com relação as perguntas do Vereador Mauro Bobato, da retomada, do fundo de aval, acredito que falei um pouco sobre essas iniciativas que cabem a Prefeitura. A Prefeitura não emite o dinheiro, infelizmente hoje, acredito que em uma realidade próxima não vamos conseguir mudar isso, mas a Prefeitura não tem condições nem de emitir títulos para investimento. O que é um equívoco imenso, porque esse é um mercado nos Estados Unidos de 2,3 trilhões de dólares por ano, que os municípios... A pessoa, o contribuinte, acredita na cidade, compra um título da cidade, sabendo que a cidade tem condições de pagar, para investir na própria cidade. No Brasil optou-se em fazer a média, tornar o que era medíocre a regra. Se alguns municípios ou alguns entes subnacionais, como é o caso de muitos Estados falidos, que se socorrem da União a todo tempo... Infelizmente, no Brasil quem faz a lição de casa não é sempre bem reconhecido. Por que não reconhecer, possibilitando a emissão de títulos pelos municípios que tem condições fiscais? Por que não deixar o cidadão investir na cidade em que ele vive, em que ele mora e ainda ser remunerado por isso? É um ganha-ganha que no Brasil, infelizmente, se limitou, em especial em razão da situação fiscal, vamos ser francos e sinceros, de Estados como o Rio de Janeiro e até Minas Gerais, que dependem de um acordo com a Vale para manter as suas contas em dia. Mas Curitiba não, Curitiba encarou o problema, fez a sua lição de casa, graças a Câmara, e tem condições, quem sabe



num futuro próximo, de emitir títulos. Nós também estamos estudando Vereador, finalmente, a questão da ativação do fundo de inovação. Não atende o pessoal de bares e restaurantes, porque esse pessoal paga ICMS, não paga ISS, mas o fundo de inovação pode de alguma forma também, até conforme a pergunta da Vereadora Maria Leticia, ativar a contratação de algumas pessoas e estamos estudando isso para um futuro próximo, seja com equalização de juros, com alguma coisa que seja possível fazer. É preciso lembrar que o poder público tem limitações, até do ponto de vista de controle, não podemos colocar dinheiro público, especificamente destinar para contribuintes, salvo por lei específica. Então existem travas e limitações também para o gestor público, do ponto de vista de controle. Estamos abertos a qualquer sugestão, inclusive o fundo de aval, Vereador Mauro Bobato, partiu também de uma ideia quando nós conversávamos lá atrás, de sua autoria também. Então conseguimos colocar em prática esse desafio. Mas a Secretaria está aberta também para qualquer outra alternativa. Obrigado, Sr. Presidente, acho que encerramos também esse bloco. O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a todos os Vereadores que participaram de alguma forma e aos que não puderam fazer as suas inscrições devido ao horário. A partir de agora, procederemos a leitura das manifestações realizadas pelos canais do YouTube e pelo e-mail da Comissão. Temos as perguntas enviadas pelos cidadãos e faremos em bloco, solicitando que o senhor também faça a devolutiva em bloco, só para que possamos atender ao tempo estipulado para a audiência. A Vereadora Indiara Barbosa realizará a leitura das perguntas. A SRA. INDIARA BARBOSA:- Uma das perguntas é do Antônio Ortiz, do Lar Infantil Sol amigo. Ele pergunta em relação a distribuição das emendas, que segundo ele foram pagos 30% apenas das emendas em 2020 para instituições de atendimento a crianças e adolescentes e aí ele questiona isso num ano de pandemia, que é um ano em que as pessoas precisam muito, as instituições precisavam muito desse repasse. Uma outra cidadã, chamada Daniele Dallavechia, também faz uma pergunta relacionada a esse tema da distribuição das emendas, e pergunta em relação a quais instituições receberam essas emendas. Ela diz que conhece algumas e que algumas não estavam abertas nesse momento de pandemia. Pergunta o que levou a essa ordem de prioridade, sabendo que três instituições que continuaram abertas no momento de pandemia não receberam emendas. São duas perguntas em relação as emendas e aí outra pergunta do Patrick, Presidente da Associação Beneficente Encontro com Deus, reforça a mesma pergunta, por que foi contingenciado esse pagamento das emendas no momento da pandemia? Acho que esse é um ponto importante. Outra pergunta da Rejane Soldani: se há algum estudo sobre os impactos da reforma administrativa, PÉC 32, no equilíbrio atuarial do IPMC? Existe alguma projeção de alteração das regras previdenciárias do funcionalismo municipal? Ela também pergunta se há alguma previsão de retomada dos planos de carreira do funcionalismo, após 31 de dezembro de 2021. A demanda de trabalho dos guardas municipais aumentou muito, ela coloca 259%, de 2017 a 2020 e menciona que há um déficit enorme de profissionais nessa área. Ainda uma outra pergunta da Alda Sampaio, em relação ao Fundeb. Se a diminuição do repasse do Fundeb é por conta da queda nas matrículas? Essas são as principais perguntas que estavam identificadas. O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Sr. Secretário. O SR. VITOR PUPPI:- Com relação as perguntas do Sr. Antônio Ortiz, Daniele Dallavechia e Patrick sobre emendas. Esclarecendo mais uma vez, as emendas são pagas conforme o cumprimento de condições pelas instituições. Se alguma emenda não foi paga, é preciso verificar qual a razão com o órgão da ponta, por exemplo, se essa é uma emenda da Secretaria de Esportes, se houve alguma restrição eleitoral, se não houve cumprimento de condições. Havíamos contingenciado lá na metade do ano, mas isso foi gradualmente sendo liberado. O que acontece é que às vezes não houve tempo também para o cumprimento dessas emendas, durante o período eleitoral, que foi estendido até o final do ano,

excepcionalmente e também às vezes em razão da ausência de condições das instituições, mas é preciso, repito, verificar caso a caso. Sugiro que isso seja direcionado ao órgão que maneja essas emendas. Como que as emendas são direcionadas? A Daniele pergunta quais as instituições. As emendas geralmente são direcionadas conforme o direcionamento dos Vereadores. Existe um valor específico em que os Vereadores têm uma certa liberdade para trabalhar com as emendas, é assim que funciona. Acredito que tenha respondido as perguntas das emendas. Com relação as perguntas da Rejane, vamos começar pela última: Guarda Municipal. Bom, para a Guarda Municipal, essa gestão chamou além do número de vagas do último concurso, então além de esgotarmos as vagas, chamamos todos os aprovados no edital. Sempre existirá a necessidade de chamar pessoal, mas a Prefeitura não pode, não consegue obviamente chamar sempre, repor pessoal, porque você tem um número muito expressivo de aposentados que continuam no sistema. O desafio sempre é prestar o serviço público, aumentar as condições de tecnologia, como dei o exemplo da Secretaria de Finanças, do Procec. Chamamos alguns auditores fiscais por concurso, mas é claro que o sistema eletrônico torna mais fácil, às vezes prescinde da presença de um auditor fiscal para atender o cidadão, ele pode ser eletrônico. Isso não é segredo, uma prefeitura não é diferente de uma empresa, precisamos otimizar os recursos. Com relação a reforma administrativa e os impactos, temos visto isso em âmbito nacional, verificado qual será realmente a reforma, não só encaminhada, mas aprovada pelo Congresso. Não sabemos ainda se vai efetivamente aprovar essa reforma administrativa e esse assunto é completamente ligado aos planos de carreira. Como eu disse, a questão dos planos de carreira é um desafio que precisa ser enfrentado, do ponto de vista da sustentabilidade e também do ponto de vista de um plano de carreira que ofereça condições para a ascensão do profissional. (C) Mas, volto a dizer, em quatro anos a Prefeitura deu reajustes. Não demos reajustes no primeiro ano, em razão das condições que mostrei. Mas mesmo no ano de pandemia demos reajustes, salvo engano, de 3,5%. Vamos comparar os municípios, que municípios que concederam reajustes ao funcionalismo? Tenham certeza de que muito poucos. Com relação à reforma previdenciária, mais tempo, menos tempo, é inevitável. Isso não é só no Brasil, é fora do Brasil, não é só no Estado do Paraná. Aliás, o Estado do Paraná já aprovou uma emenda constitucional da reforma previdenciária. Entendo que a reforma previdenciária do Governo Federal deveria ter valido para Estados e Municípios. O Governo Federal, na época o presidente da Câmara, fez um acordo político para que os Estados e Municípios façam suas próprias reformas, o que é extremamente ruim para o país do ponto de vista de uniformidade da legislação. Vamos ter N legislações diferentes, N questionamentos judiciais diferentes. Mas Curitiba não pode fugir à regra. Nós temos um sistema que até hoje foi honrado porque fizemos uma reforma aprovada na Câmara em 2017. É claro que os valores crescem muito e vai ser preciso enfrentar o tema em breve. Finalmente, com relação a pergunta da cidadã Alda, o Fundeb cai também pelo número de matrículas, mas em especial pela redução do bolo tributário que compõe o Fundeb. O Fundeb tem recursos da União, dos Estados e tem uma volta do Fundeb no cálculo que é feito, e Curitiba teve uma queda em razão dessa base tributária que também caiu. Acho que era isso, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Secretário Vitor Puppi. Devido ao adiantado da hora, quero finalizar esta Audiência. Alguns questionamentos enviarei via ofício e algumas sugestões também. Quero parabenizar o Sr. Prefeito pela recondução e sua nomeação frente a essa pasta importante para o município, e todo o seu *staff* da Secretaria que contribui com a política fiscal da cidade. Quero agradecer aos Vereadores da Comissão que estão comigo até este momento na Mesa, Vereadores João da 5 Irmãos, Indiara Barbosa e Jornalista Marcio. Quero também agradecer a assessoria das Comissões na pessoa do Diretor Veli, o assessor Tiago, a Daniele, o Roberjan, que também nos auxiliam



no dia a dia desta Comissão. Eles nos auxiliam para que as audiências e o trabalho das comissões tenham produtividade. Agradeço a todos os cidadãos que participaram pelos canais e redes sociais. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente Audiência Pública agradecendo a participação dos Srs. Vereadores e demais autoridades e todos que acompanharam esta Audiência do 3º Quadrimestre de 2020. Fica aqui o nosso agradecimento, Secretário Vitor Puppi, por entender que poderíamos dar continuidade mesmo após o encerramento do horário previsto. Está encerrada a Audiência Pública, às 12h38min." Do que para constar, a presente Ata foi lavrada por Edson Rebello e organizada por Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.-

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente




Hernani
Membro

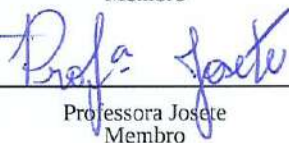


Oσίας Moraes
Membro

Indiara Barbosa
Vice-presidente



Jornalista Márcio Barros
Membro

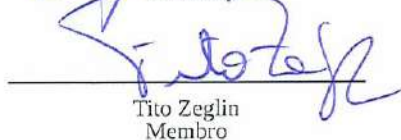


Professora Josete
Membro

Flavia Francischini
Membro



João da 5 Irmãos
Membro



Tito Zeglin
Membro